

CONTRATANTE/GERENCIADOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJE (UASG)

(983677)

OBJETO Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de ornamentação junina, compreendendo a confecção, fornecimento, montagem, instalação e desmontagem de bandeiras, adereços temáticos, elementos cenográficos e demais itens decorativos típicos, destinados à ambientação e ao embelezamento dos espaços públicos da cidade durante as festividades de São João e São Pedro, abrangendo ruas, praças, prédios públicos e pontos estratégicos definidos pela Administração, bem como a decoração de palco e camarim, com ambientação temática adequada à realização dos shows e recepção das atrações artísticas no município de Laje/BA.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 462.167,80 (quatrocentos e sessenta e dois mil, cento e sessenta e sete reais e oitenta centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **22/05/2026** às **09h00** (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço global

MODO DE DISPUTA:

Aberto e fechado

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS
SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1. DO OBJETO	4
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	4
3. <i>DO ORÇAMENTO ESTIMADO</i>	6
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	6
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	8
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	9
7. DA FASE DE JULGAMENTO	13
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	15
9. DO TERMO DE CONTRATO	17
10. DOS RECURSOS	18
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	18
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	21
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	21

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026
(Processo Administrativo nº272/2026)

Torna-se público que o(a) Prefeitura Municipal de Laje, através da Secretaria Municipal de Administração, Endereço Praça Jose Raimundo de Almeida, S/N, Centro, Laje - BA realizará licitação, , na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 422, de 2021, Decreto Municipal nº 001, de 2024, Decreto Municipal nº 003, de 2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de ornamentação junina, compreendendo a confecção, fornecimento, montagem, instalação e desmontagem de bandeiras, adereços temáticos, elementos cenográficos e demais itens decorativos típicos, destinados à ambientação e ao embelezamento dos espaços públicos da cidade durante as festividades de São João e São Pedro, abrangendo ruas, praças, prédios públicos e pontos estratégicos definidos pela Administração, bem como a decoração de palco e camarim, com ambientação temática adequada à realização dos shows e recepção das atrações artísticas no município de Laje/BA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item, conforme previsto no Termo de Referência

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.6.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.6.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8. O impedimento de que trata o item 2.6.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.4 e 2.6.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.6.4 e 2.6.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.13. A vedação de que trata o item 2.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.13.2 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

4.6.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

4.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento

favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

- 4.8.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- 4.8.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- 4.8.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.8.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.8.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.8.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 4.8.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 4.8.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 4.8.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 4.8.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 4.8.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.9. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

4.10. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4, 4.7 ou 4.9 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.12. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.13. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.14.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.14.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.15.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.15.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.14 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.17. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.18. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 Valor total do item;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os

materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.10. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

5.11. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de 5,00 (cinco reais)*.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

6.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.20.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.20.5 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.22.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.22.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.22.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

6.22.4 declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

6.23. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.23.1 empresas brasileiras;

6.23.2 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.23.3 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.24. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.25.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.25.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.25.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.25.4 O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação

realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.25.5 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 Sicafe;

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

7.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

7.1.4 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1 conter vícios insanáveis;

7.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

- 7.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.7.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.7.5 não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;
- 7.7.6 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

- 7.9.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.9.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

- 7.10.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 7.10.2 No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
- 7.10.3 No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

- 7.12.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 7.12.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% A 30 %, para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser reapresentada exclusivamente por sistema www.compras.gov.br.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.10.1 O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado gerenciadelicitacao2@laje.ba.gov.br, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.10.2 Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.11.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.12.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.13. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.13.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas), prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

8.13.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.14.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.14.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.15. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 horas, para:

8.15.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.15.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.15.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.1.

8.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de **03** dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **03** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **03** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **03** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

9.4.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

9.4.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

9.4.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

9.5. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CadIn e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10. DOS RECURSOS

- 10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 10.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - 10.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
 - 10.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
 - 10.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico e-mail – gerenciadelicitacao2@laje.ba.gov.br

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 11.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;
 - 11.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - 11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - 11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

11.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.6 fraudar a licitação;

11.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

11.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1 advertência;

11.2.2 multa;

11.2.3 impedimento de licitar e contratar e

11.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

11.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15(quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1 Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2 Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

11.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: gerenciadelicitacao2@laje.ba.gov.br
- 12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.
- 12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
- 13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.laje.ba.gov.br.
- 13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 13.11.1 Anexo I - Termo de Referência;
- 13.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

- 13.11.1.2. Apêndice do Anexo II – Análise de Risco
- 13.11.2 Anexo III – Minuta de Termo de Contrato;
- 13.11.3 Anexo IV – Modelo de Proposta de Preços;

Laje, 06 de maio de 2026.

INDIAMARA ANDRADE FERREIRA ALVES

ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE

**TERMO DE REFERÊNCIA**

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

**SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA,
EXCETO TIC****PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

(Processo Administrativo nº 272/2026)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de ornamentação junina, compreendendo a confecção, fornecimento, montagem, instalação e desmontagem de bandeirolas, adereços temáticos, elementos cenográficos e demais itens decorativos típicos, destinados à ambientação e ao embelezamento dos espaços públicos da cidade durante as festividades de São João e São Pedro, abrangendo ruas, praças, prédios públicos e pontos estratégicos definidos pela Administração, bem como a decoração de palco e camarim, com ambientação temática adequada à realização dos shows e recepção das atrações artísticas, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	DESCRIPTIVO TÉCNICO	UND/ MEDIDA	QUANT	CATMA T	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	FOTO ILUSTRATIVA
1	SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA	Contratação de empresa especializada para serviços de ornamentação junina, incluindo confecção, montagem, instalação e desmontagem da decoração dos espaços públicos, palco e camarim durante os festejos de São João e São Pedro.	UND	1	17485	R\$ 462.167,80	R\$ 462.167,80	Conforme modelos sugeridos neste Termo de Referência e anexos

1.2. Na tabela abaixo, constam os valores unitários e especificações individualizadas do objeto, cuja expectativa de apresentação e execução física são constantes no projeto (anexo I desse termo de referência):

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND DE MEDIDA	QUANT	CATSER	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Confecção, montagem e instalação de barracas em madeirite (praça de alimentação) destinadas à comercialização de alimentos, bebidas e produtos típicos durante o evento, de	UND	1	17485	R\$ 93.326,67	R\$ 93.326,67



	<p>forma a proporcionar melhor organização, funcionalidade e ambientação estética do espaço festivo. As barracas deverão conter fachadas estilizadas e pintura artística em cores variadas, contendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • aberturas frontais para atendimento ao público; • portas de acesso; • balcões de apoio; • identificação visual temática (nomes de barracas); • estrutura adequada para comercialização de alimentos, bebidas e produtos típicos. <p>Deverá contemplar também a ornamentação aérea com bandeirolas coloridas, confeccionadas em material resistente, instaladas em fileiras, bem como iluminação decorativa suspensa, garantindo ambientação típica das festividades juninas, com fixação segura e acabamento visual harmonioso.</p> <p>Toda a estrutura deverá ser segura, estável e adequada para instalação em espaços públicos, incluindo montagem, manutenção durante o evento e posterior desmontagem.</p>					
2	<p>Confecção, montagem e instalação de Portal decorativo para a entrada do local da festa junina.</p> <p>Confecção, montagem e instalação de portal decorativo para a entrada do local da Festa Junina, utilizando estrutura em alumínio Q30, nas dimensões de 8,00m x 8,00m, a ser fornecida pela Prefeitura. A ornamentação deverá ser composta por lona sublimada, tecidos decorativos, apliques em PVC, peças em maderite adesivado e elementos tridimensionais, devendo conter elementos típicos juninos, tais como chapéus, balões, bandeirolas, fogueira cenográfica e demais adornos decorativos característicos da festividade, conforme layout a ser disponibilizado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.</p>	UND	3	17485	R\$ 42.333,33	R\$ 126.999,99
3	<p>Confecção, montagem e instalação de Casais ornamentais de caipiras para fotos, confeccionados em maderite</p>	UND	3	17485	R\$ 2.016,67	R\$ 6.050,01



	pintado, com 1,60m de altura e 1,50m de largura, contendo recortes na área do rosto para interação fotográfica.					
4	Confeção, montagem e instalação de Balões ornamentais decorativos em tamanhos diversos , confeccionados em madeira e revestidos com tecido tipo chita floral, devidamente decorados com acabamento artístico de qualidade, nas dimensões aproximadas de 40cm de altura x 30cm de largura, 50cm de altura x 40cm de largura, 80cm de altura x 70cm de largura, e modelo de chão medindo 3,00m de altura x 1,70m de largura, destinados à ornamentação temática junina do evento.	UND	70	17485	R\$236,65	R\$ 16.565,50
5	Prestação de serviços de confecção, fornecimento e instalação de bandeirolas decorativas confeccionadas em plástico, com dimensões aproximadas de 30 cm x 35 cm e espessura de 8 mm, em cores variadas, tais como verde, vermelho, amarelo, azul, branco, laranja e rosa, destinadas à ornamentação das ruas principais da cidade, ruas e praças centrais, bem como do Distrito do Entroncamento de Laje, local onde ocorrerão os festejos de São Pedro, com o objetivo de ambientar e embelezar os espaços públicos durante as festividades de São João e São Pedro. As bandeirolas deverão ser devidamente grampeadas e fixadas em fitilhos de polipropileno, com espaçamento regular aproximado de 20 cm entre elas, ao longo de percurso estimado em 1 km de vias públicas com largura média de 9 metros, observando a alternância de cores a cada 15 unidades. Os fitilhos deverão ser instalados e estendidos sobre cabos de aço, os quais deverão ser integralmente fornecidos e instalados pela empresa contratada, com fixação em postes de ferro galvanizado a aproximadamente 7 metros de altura, incluindo a instalação de poste central com 15 metros de altura na praça principal, formando efeito visual tipo "sombriinha". Todos os materiais, equipamentos, mão de obra, transporte, instalação dos postes, instalação dos cabos de aço e demais insumos necessários à perfeita execução do serviço serão de inteira responsabilidade	MT	25.000	17485	R\$ 2,42	R\$ 60.500,00



	da empresa vencedora.					
6	<p>Prestação de serviços de decoração, montagem e ambientação de palco e camarim para as festividades juninas de São João e São Pedro, incluindo a instalação de malhas tensionadas para cobertura e revestimento do palco, devidamente aplicadas e esticadas, confeccionadas em material antichamas (material com tratamento antichama - NR-23 / AVCB, laudo ou certificação, instalação profissional e fixação segura). O serviço deverá contemplar elementos cenográficos e demais itens característicos da festividade. Deverá incluir, ainda, a montagem e decoração do camarim e lounge de apoio, com fornecimento e disposição de sofás, poltronas, cadeiras, mesa para acomodação de salgados e demais itens de apoio, espelhos e elementos decorativos, proporcionando ambientação adequada, conforto e identidade visual temática ao espaço. Todos os materiais, mobiliários, mão de obra, transporte, montagem, instalação e desmontagem serão de responsabilidade da empresa contratada.</p>	UND	2	17485	R\$ 35.366,67	R\$ 70.733,34
7	<p>Confecção, montagem e instalação de cidade cenográfica em material tipo madeirite, composta por fachadas cenográficas em formatos de casas e edificações típicas juninas, com pintura artística em cores variadas (amarelo, azul, rosa, vermelho, branco, entre outras), medindo aproximadamente 2,50m de altura, 2,20m de largura e 1,70m de profundidade, com acabamento decorativo de alta qualidade.</p> <p>As estruturas deverão apresentar detalhes arquitetônicos simulando construções reais, incluindo portas, janelas, molduras, platibandas, elementos religiosos (como igrejas com cruz), telhados cenográficos aparentes e sobreposições decorativas, proporcionando aspecto tridimensional e imersivo ao ambiente.</p>	UND	1	17485	R\$44.600,00	R\$44.600,00
8	<p>Confecção, montagem e instalação de fogueira cenográfica de grande porte, com estrutura em madeira e/ou material similar, medindo aproximadamente entre</p>	UND	1	17485	R\$15.671,00	R\$15.671,00



	<p>4,00m a 6,00m de altura, em formato piramidal, simulando uma fogueira junina tradicional.</p> <p>A estrutura deverá ser composta por elementos cenográficos que imitam lenha empilhada, com acabamento rústico e pintura artística, contendo revestimento interno em material translúcido ou lona difusora, iluminado com sistema de iluminação cênica em tons quentes (amarelo, laranja e vermelho), proporcionando efeito visual semelhante ao fogo aceso.</p> <p>Deverá incluir:</p> <ul style="list-style-type: none"> • iluminação interna e/ou externa com efeitos cintilantes ou estáticos; • acabamento superior simulando chamas; • base estruturada e estável, adequada para instalação em espaço público; • materiais resistentes e seguros, próprios para uso em eventos; • montagem, manutenção durante o período festivo e desmontagem. <p>O item deverá estar integrado à ornamentação aérea com bandeirolas coloridas e demais elementos decorativos juninos, compondo cenário temático de grande impacto visual, conforme padrão das festividades de São João.</p>					
9	<p>Prestação de serviços de confecção, montagem e instalação de decoração junina dos pontos estratégicos e de maior circulação da cidade, compreendendo a ornamentação do Espaço Cultural Belvedere, pergolados, coreto da Praça Raimundo José de Almeida, estrutura do telhado do Mercado Municipal, localizado na Rua da Estação, e demais pontos importantes definidos pela Administração. A decoração deverá ser composta por tecidos tipo chitão e chita, juta, esteiras, bandeirolas em cores diversas, medindo aproximadamente 30cm x 35cm x 8mm, balões decorativos, peças artesanais em</p>	UND	1	17485	R\$ 27.721,29	R\$ 27.721,29



tamanhos variados (20cm, 30cm e 40cm), além de outros elementos decorativos típicos juninos, devidamente instalados e distribuídos de forma harmoniosa, visando à ambientação temática dos espaços públicos durante o período festivo.						
VALOR TOTAL ESTIMADO:						R\$ 462.167,80

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.3. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **serviços comum(ns) de engenharia**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.4. O serviço é enquadrado como não contínuo ou contratados por escopo.

Prazo de vigência

1.5. O prazo de vigência da contratação é de **06 (seis) meses**, contados do(a) **assinatura do contrato**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O Plano anual de contratações do Município de Laje encontra-se em desenvolvimento, todavia, a contratação consta no Plano Plurianual e orçamento anual da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e nas demais disposições dos Estudos Técnicos Preliminares, quanto a este aspecto.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.2. A Administração não observou a existência de produtos/marcas que pudessem constar deste termo como de utilização proibida.

Da exigência de carta de solidariedade

4.3. Não será exigida do licitante/interessado provisoriamente classificado em primeiro lugar, nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a



execução do contrato.

Subcontratação

- 4.4. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor total do contrato, nas seguintes condições:
- 4.5. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:
 - 4.5.1 **Instalação, montagem/desmontagem e manutenção de peças decorativas;**
 - 4.5.2 **Execução de instalações elétricas.**
- 4.6. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:
 - 4.6.1 **Projetos.**
 - 4.6.2 **Locação das Peças Decorativas**
- 4.7. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 4.8. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
- 4.9. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.
- 4.10. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Garantia da contratação

- 4.11. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

- 4.12. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de **segunda à sexta-feira, das 09 horas às 14 horas**. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- 4.13. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 4.14. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 4.15. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.



5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 **Início da execução do objeto:** até 05 (cinco) dias úteis da emissão da ordem de serviço.

5.1.2 Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.2.1. Montagem e Instalação (com foco em Segurança e Qualidade)

5.1.2.1.1. Responsabilidade Logística: A empresa contratada será responsável por toda a operação logística de montagem.

5.1.2.1.2. Segurança: Adoção de procedimentos de segurança conforme normas regulamentadoras vigentes.

5.1.2.1.3. Profissionais Habilitados: Todos os serviços devem ser acompanhados por profissionais devidamente habilitados e com a necessária expertise.

5.1.2.1.4. Testes: A montagem deve incluir a conclusão de todos os testes de segurança e funcionamento, garantindo que a iluminação esteja totalmente instalada até o limite do prazo.

5.1.2.1.5. Equipamentos: A Contratada deverá comprovar que possui equipamentos adequados para trabalho em altura e içamento de cargas, como caminhão munck e caminhão com cesto aéreo, para a fase de assinatura do contrato.

5.1.2.1.6. Conformidade: As instalações devem ser seguras, resistentes às intempéries, e estar em adequação às normas de segurança elétrica e de instalação.

5.1.2.1.7. Estado dos Itens: Todos os itens e peças utilizados devem estar em excelente estado de conservação.

5.1.2.2. Manutenção (Preventiva e Corretiva)

5.1.2.2.1. Preventiva: A manutenção preventiva nas estruturas será realizada diariamente.

5.1.2.2.2. Corretiva: A empresa deve realizar manutenção corretiva em caso de falhas ou defeitos, com um prazo de 12 horas para resolução de eventuais demandas.

5.1.2.2.3. Equipe de Plantão: Deve haver uma equipe técnica disponível para atendimento emergencial, garantindo o funcionamento pleno da iluminação durante todo o período contratado.

Desmontagem

5.1.2.2.4. Organização e Rapidez: Após o término das festividades (início em 05/07/2026), a desmontagem deve ser realizada de maneira organizada e rápida, evitando interferências prolongadas nas atividades urbanas.

5.1.2.2.5. Responsabilidade Logística: A empresa contratada será responsável por toda a operação logística de desmontagem.

5.1.2.3. Materiais, Equipamentos e Tecnologia

5.1.2.3.1. Fornecimento: A Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, conforme as quantidades estimadas e descrições técnicas (como as que constam na tabela da Seção 1 do Termo de Referência).

5.1.2.3.2. Padrões Técnicos: Todos os serviços devem atender às normas da ABNT e às especificações do Termo de Referência. Na ausência de normas brasileiras, a Contratada deve seguir as normas internacionais cabíveis.

5.1.2.3.3. Sustentabilidade: Preferência por materiais duráveis e reutilizáveis para minimizar o impacto ambiental.



5.1.2.4. Monitoramento e Relatórios

5.1.2.4.1. Fiscalização: Os prepostos da Contratante deverão ter livre acesso aos trabalhos em qualquer fase de sua elaboração, sem prévio aviso.

5.1.2.4.2. Relatórios: A empresa contratada deverá fornecer relatórios periódicos ao município, detalhando as etapas de montagem, eventuais problemas encontrados e o status das instalações. Relatórios detalhados e um relatório final abrangente são exigidos ao final de cada etapa e do projeto, respectivamente.

5.1.2.4.3. Preposto: A Contratada designará formalmente um preposto com poderes e deveres para a execução do objeto e deverá mantê-lo no local da execução desde a instalação até a desmontagem, para facilitar a comunicação e atender à manutenção.

Cronograma de realização dos serviços:

5.2. Os serviços e fornecimentos deverão ser realizados com base no seguinte cronograma de execução:

5.2.1 **Prazo para início da instalação da decoração:** até 05 (cinco) dias úteis da emissão da ordem de serviço;

5.2.2 **Prazo de conclusão da instalação de toda a decoração com realização de teste:** até 15 (quinze) dias

5.2.3 **Prazo para resolução de eventual demanda de manutenção corretiva:** 12 (doze) horas;

5.2.4 **Periodicidade da realização das revisões/manutenção preventiva nas estruturas:** diária;

5.2.5 **Data do início da desmontagem:** 10/07/2026;

5.2.6 **Prazo para conclusão da desmontagem:** até 05 (cinco) dias úteis do início da desmontagem.

Local e horário da prestação dos serviços

5.3. Os serviços serão executados nos locais indicados no Estudo Técnico Preliminar (ETP) que incluem:

5.3.1 Praça Lomanto Júnior

5.3.2 Orla Municipal

5.3.3 Rua Leonel Brito

5.3.4 Praça Antônio Carlos Magalhães

5.3.5 Belvedere

5.3.6 Prefeitura

5.3.7 Nas ruas e praças centrais,

5.3.8 No Distrito do Entroncamento de Laje.

5.4. O horário de prestação dos serviços será combinado com a Secretaria de Educação e Cultura para evitar transtornos no trânsito e comércio local, podendo ser realizados inclusive durante a noite, madrugada e fins de semana.

Rotinas a serem cumpridas

5.5. A execução dos serviços de locação, montagem, manutenção e desmontagem da decoração junina seguirá as seguintes rotinas e procedimentos:

5.5.1. Comunicação e Acompanhamento:

5.5.1.1. As comunicações entre a Contratante e a Contratada deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, sendo admitido o uso de mensagem eletrônica.

5.5.1.2. A Contratante poderá convocar o representante da empresa para a adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.5.2. Designação do Preposto:



5.5.2.1. A Contratada deverá designar formalmente o preposto antes do início da prestação dos serviços, indicando seus poderes e deveres.

5.5.3. Presença do Preposto:

5.5.3.1. A Contratada deverá manter o preposto no local da execução do objeto desde o período da instalação, passando pela manutenção, até a desmontagem da decoração.

5.5.4. Início da Instalação:

5.5.4.1. O prazo para o início da instalação da decoração é de até 5 (cinco) dias úteis do recebimento da ordem de serviço.

5.5.5. Conclusão da Montagem:

5.5.5.1. A montagem deve ser realizada de maneira eficiente, com todos os testes de segurança e funcionamento concluídos, de modo que a iluminação esteja completamente instalada até o limite do prazo de 5 (cinco) dias.

5.5.6. Manutenção Preventiva:

5.5.6.1. As revisões e a manutenção preventiva nas estruturas devem ser realizadas com periodicidade diária.

5.5.7. Manutenção Corretiva:

5.5.7.1. A empresa deverá realizar serviços de manutenção corretiva, com um prazo máximo de 12 (doze) horas para a resolução de eventual demanda.

5.5.8. Fornecimento de Relatórios:

5.5.8.1. A Contratada deverá fornecer relatórios periódicos ao município, detalhando as etapas de montagem, eventuais problemas e o status das instalações.

5.5.9. Acompanhamento e Fiscalização:

5.5.9.1. Os prepostos da Contratante deverão ter livre acesso aos trabalhos em qualquer fase de sua elaboração, sem prévio aviso.

5.5.10. Início da Desmontagem:

5.5.10.1. A desmontagem deverá iniciar na data de 10/07/2026.

Conclusão da Desmontagem:

5.5.11. A desmontagem deve ser realizada de maneira organizada e rápida, evitando interferências prolongadas nas atividades urbanas, em um prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

5.5.12. Recebimento Provisório:

5.5.12.1. A Contratante fará o recebimento provisório em 5 (cinco) dias após a conclusão da instalação, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados.

Materiais a serem disponibilizados

5.6. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.6.1 **Materiais e Componentes de Decoração (Locação e Fornecimento):**

5.6.1.1. O Contratado deverá fornecer, em locação, todos os materiais e peças de decoração listados no Termo de Referência, garantindo que estejam em excelente estado de conservação. Os materiais devem ser:

- a) Resistentes às intempéries (chuva, vento, etc.), adequados para instalação em áreas externas.
- b) Preferencialmente duráveis e reutilizáveis.
- c) Materiais e equipamentos que atendam ou excedam os padrões de qualidade e segurança estabelecidos.



5.6.2. Equipamentos e Ferramentas para Montagem e Logística:

5.6.2.1. O Contratado deverá disponibilizar e utilizar os seguintes equipamentos e ferramentas:

- a) Equipamentos adequados para trabalho em altura.
- b) Equipamentos para descargas e içamento de cargas, tais como caminhão munck e caminhão com cesto aéreo.
- c) Fiação, interruptores e tomadas necessários para o sistema elétrico da decoração.
- d) Equipamentos de proteção individual (EPIs) e de segurança para toda a equipe, em conformidade com as normas regulamentadoras vigentes.
- e) Ferramentas e utensílios necessários para a instalação, manutenção e desmontagem.
- f) Mão de Obra e Qualificação Técnica:

5.6.2.2. O Contratado deverá disponibilizar mão de obra especializada, incluindo:

- a) Equipe técnica treinada e capacitada para a montagem e instalação.
- b) Profissionais devidamente habilitados, com expertise, para acompanhamento dos serviços.
- c) No mínimo, 01 (um) Engenheiro Civil no quadro técnico, com registro no CREA, atuando como Responsável Técnico, comprovado por vínculo.
- d) Equipe técnica disponível para atendimento emergencial para a manutenção.
- e) A empresa terá que apresentar a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) assinada por engenheiro credenciado, que deverá acompanhar toda a execução dos serviços.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.7. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.7.1. As estruturas de decoração serão instaladas em vias públicas (praças, canteiros centrais, ruas e avenidas) e prédios públicos, locais que estimam um grande fluxo de visitação de pessoas de diversas idades (idosos, adultos, adolescentes e crianças).

5.7.2. As condições ambientais exigem que a decoração seja instalada ao ar livre, o que requer planejamento para condições climáticas variáveis, incluindo providências para eventuais chuvas e vento forte, e demais condições que possam influenciar a segurança e durabilidade.

Especificação da garantia do serviço

5.8. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.8.1 Obrigação de Reparo/Correção: O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

5.8.2 Retenção de Pagamento: Caberá à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

5.8.3 Responsabilidade Legal: O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

5.8.4 Padrões de Qualidade: Todos os serviços executados deverão seguir rigorosos padrões de qualidade, sendo passíveis de verificação e fiscalização por parte da administração municipal.



5.8.5 **Normas Técnicas:** Todos os equipamentos e serviços devem estar em conformidade com as normas técnicas nacionais e internacionais aplicáveis.

5.8.6 **Segurança:** Os sistemas de iluminação e suporte deverão ser instalados de modo a não interferir na circulação de pedestres e veículos, garantindo a segurança da população.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.9 Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período entre a montagem e a desmontagem, mas deverá atender tempestivamente à todas as solicitações

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.



- 6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 6.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:
- 6.16.1 **Acompanhamento da Montagem e Testes de Segurança:**
- 6.16.1.1. A fiscalização deverá acompanhar o início dos serviços (prazo de 05 (cinco) dias úteis) e a conclusão da instalação (prazo de 05 (cinco) dias úteis).
- 6.16.1.2. Realizar a conferência visual e técnica da instalação, verificando se as estruturas estão seguras, estáveis e resistentes às intempéries, conforme as normas da ABNT e os critérios de segurança (trabalho em altura, segurança elétrica).
- 6.16.1.3. Verificar se a mão de obra e os equipamentos (caminhão munck, cesto aéreo, EPIs) utilizados estão em conformidade com as exigências contratuais e regulamentares.
- 6.16.1.4. Conferir a qualidade e a quantidade dos materiais instalados em comparação com as especificações da tabela do Termo de Referência.
- 6.16.2 **Monitoramento Contínuo da Manutenção (Preventiva e Corretiva):**
- 6.16.2.1. Fiscalizar diariamente a realização da manutenção preventiva, garantindo a integridade e o pleno funcionamento da decoração (Praças, Orla, Ruas e Prefeitura).
- 6.16.2.2. Monitorar e registrar eventuais falhas, defeitos ou atos de vandalismo, notificando a Contratada imediatamente e acompanhando a resolução em campo.
- 6.16.2.3. Aferir o tempo de resposta da Contratada para a manutenção corretiva, que não deve ultrapassar o prazo de 12 (doze) horas para restabelecimento do pleno funcionamento.
- 6.16.2.4. Verificar a disponibilidade da equipe de plantão designada para atendimento emergencial e a presença do preposto no local da execução do serviço.
- 6.16.3 **Recebimento e Formalização das Etapas (Provisório e Definitivo):**
- 6.16.3.1. Realizar o Recebimento Provisório em até 5 (cinco) dias após a conclusão da instalação, por meio de vistorias técnicas e emissão do Termo Circunstanciado de Recebimento Provisório.
- 6.16.3.2. Garantir que todas as pendências apontadas no Recebimento Provisório sejam sanadas pela Contratada antes da autorização do pagamento da primeira medição.
- 6.16.3.3. Acompanhar e fiscalizar a Desmontagem (início em 10/07/2026 e conclusão em 5 dias), verificando se a retirada está sendo feita de forma organizada e sem danos ao patrimônio público.
- 6.16.3.4. Realizar o Recebimento Definitivo após a conclusão da desmontagem e o saneamento de todas as pendências, atestando a qualidade final dos serviços e liberando a Contratada de suas obrigações contratuais, sem prejuízo da responsabilidade pela garantia.
- 6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.
- 6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da



Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.



Fiscalização Administrativa

6.19. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.20. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.21. Cabe ao gestor do contrato:

6.21.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.21.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.21.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.21.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.21.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.21.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.21.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.21.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.21.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto nº 12.174/2024;



6.21.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará para aferição da qualidade da prestação dos serviços o disposto nesta seção.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1 não produziu os resultados acordados,

7.2.2 deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Recebimento

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **05 (cinco)** dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.3.1 Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.3.2 Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.4. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.8. O objeto será faturado em 2 (duas) etapas distintas, conforme os eventos ou etapas para fins de faturamento abaixo:

7.8.1 **1ª Etapa/Medição (Recebimento Provisório da Instalação):** A ser realizada após a comunicação de **Conclusão de Montagem e Teste de Funcionamento** de 100% da decoração, devidamente verificada e atestada pelos Fiscais do Contrato.

7.8.2 **2ª Etapa/Medição (Recebimento Definitivo):** A ser realizada após a comunicação de **Conclusão da Desmontagem** total da decoração e saneamento de todas as pendências, devidamente verificada e atestada pelos Fiscais do Contrato.

7.9. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.9.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com



os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.10. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.11. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.12. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.13. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.14. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.15. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.16. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.16.1 O recebimento definitivo (Art. 140 da Lei nº 14.133/2021) deve ser realizado após a conclusão de todas as etapas, incluindo a desmontagem e a verificação de que o serviço foi concluído sem vícios ou defeitos, em especial após o período de uso (exposição pública).

7.16.2 **Verificação da Desmontagem:** O servidor ou comissão responsável pelo recebimento deverá, após a comunicação de conclusão da desmontagem por parte do Contratado, realizar uma vistoria nas áreas de instalação (Praças, Orla, Ruas) para atestar que:

- a) A desmontagem foi realizada de forma completa e segura.
- b) Não houve danos ao patrimônio público (árvores, postes, fiação original, pavimento, etc.) durante a remoção das estruturas.
- c) Todos os resíduos e materiais decorrentes do serviço foram integralmente retirados do local.

7.16.3 **Verificação do Cumprimento Integral:** Será realizada a análise final dos relatórios de manutenção preventiva e corretiva e dos Termos de Recebimento Provisório, atestando que o Contratado cumpriu todas as obrigações e rotinas de manutenção e que o objeto não apresentou vícios ocultos ou defeitos durante o período de uso.

7.16.4 **Formalização e Liberação:** Após a verificação e a aceitação integral do serviço, será emitido o **Termo de Recebimento Definitivo** (TRD), que deverá ser assinado pelo fiscal técnico, fiscal administrativo e pela autoridade superior, no prazo máximo estabelecido (30 dias), para fins de liberação da última medição e encerramento da gestão do contrato, sem prejuízo da responsabilidade



pela garantia.

7.16.5 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.16.6 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.16.7 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.16.8 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.16.9 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.17. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.18. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.19. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.20. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.21. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.22. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- VII) Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.23. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade



fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.24. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.24.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.24.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.25. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.26. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.27. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.28. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.29. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.30. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice [definir o índice] de correção monetária.

Forma de pagamento

7.31. O pagamento será realizado em 02 (duas) parcelas:

a) A primeira parcela, no valor correspondente ao percentual de até 30% (trinta por cento) do preço contratado, em até 15 (quinze) dias após a montagem de todas as estruturas decorativas.

b) A segunda e última parcela, no valor correspondente ao percentual de até 70% (setenta por cento) do preço contratado, em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo e procedimentos definidos no item 7.17. e subitens deste Termo de Referência.

7.32. A administração, em verificando pendências técnicas, poderá reter o pagamento e realiza-lo em parcela única, após o recebimento definitivo do objeto.

7.33. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.34. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.35. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



7.35.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.36. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.37. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 09/04/2026.

7.38. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA-E exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.39. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.40. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.41. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.42. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.43. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.44. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.45. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.45.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.45.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.45.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.



7.45.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.46. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4 Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item "d", de **0,5% (cinco décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **10 (dez) dias**.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas "e", a "h", de **0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea "c", de **5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea "b", de **2% (dois por cento) a 10% (dez por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea "d", de **0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea "a", de **0,5% (cinco décimos por**



cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação [, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:

8.2.4.7.1. Não sanar as pendências e incorreções apontadas no Recebimento Provisório no prazo estipulado pela fiscalização.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.



8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário, conforme justificativa constante dos Estudos Técnicos Preliminares.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

9.3.1 O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade;

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos: 7

Habilitação jurídica

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa



individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou



sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal. A apresentação do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI supre as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, na medida em que essas informações constam no próprio Certificado.

Qualificação Econômico-Financeira

9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.26. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.27. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.28. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.29. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.32. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.32.1 Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.



9.33. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente (**CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou CAU – Conselho Regional de Arquitetura**), em plena validade;

9.33.1 Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Qualificação Técnico-Operacional

9.34. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.34.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

ITEM	SERVIÇO
1	· instalação, montagem, desmontagem e manutenção de peças decorativas, cenográficas ou ornamentais destinadas à realização de eventos públicos ou privados;
2	· execução de serviços de decoração de eventos , compreendendo a ambientação temática de espaços, incluindo ruas, praças, palcos, camarins, áreas de alimentação e demais áreas destinadas à realização de festividades;
3	· instalação de elementos decorativos em áreas abertas e estruturas elevadas , tais como postes, fachadas, prédios públicos e demais pontos estratégicos;
4	· confecção e montagem de estruturas decorativas e cenográficas , incluindo barracas, painéis, adereços temáticos e demais itens compatíveis com o objeto da contratação.

9.34.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.34.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.34.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.34.5 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.34.6 A comprovação da prestação de serviços constantes de atestado de capacidade técnica, quando solicitada, deve ser feita mediante nota fiscal, e não por meio de recibo, compreendendo todo o período mencionado no atestado¹.

9.35. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.36. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

**Qualificação Técnico-Profissional**

9.37. Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

9.37.1 Para o Engenheiro Civil, Arquiteto ou Engenheiro Elétrico:

ITEM	SERVIÇO
1	· instalação, montagem, desmontagem e manutenção de peças decorativas, cenográficas ou ornamentais destinadas à realização de eventos públicos ou privados;
2	· execução de serviços de decoração de eventos , compreendendo a ambientação temática de espaços, incluindo ruas, praças, palcos, camarins, áreas de alimentação e demais áreas destinadas à realização de festividades;
3	· instalação de elementos decorativos em áreas abertas e estruturas elevadas , tais como postes, fachadas, prédios públicos e demais pontos estratégicos;
4	· confecção e montagem de estruturas decorativas e cenográficas , incluindo barracas, painéis, adereços temáticos e demais itens compatíveis com o objeto da contratação.

9.37.2 O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

9.37.3 A comprovação da **qualificação técnico-profissional**, em se tratando da contratação de serviços de engenharia, poderá ser feita por meio da apresentação de **Certidão de Acervo Técnico – CAT** expedida pelo CREA (Resolução Confea n.º 1.137, de 2023), pelo CAU (Resolução CAU/BR n.º 93, de 2024) ou pelo CRT (Resolução CTF n.º 55, de 18 de janeiro de 2019) da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra ou serviço, demonstrando a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT ou o Termo de Responsabilidade Técnica – TRT, respectivamente, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto da contratação.

9.37.4 Comprovação de que a licitante possui em seu quadro técnico, com registro no CREA, na data prevista para entrega da proposta, pelo menos 01 (um) Engenheiro Civil devidamente reconhecido pela entidade profissional competente, para atuar com responsável técnico, cujo vínculo será comprovado numa das formas a seguir: a) Carteira de Trabalho/CTPS, no caso de funcionário do quadro permanente; b) Contrato social, Estatuto Social ou Ato Constitutivo, no caso de sócio; c) Contrato de Prestação de Serviço, com data de assinatura anterior à data de abertura das propostas; d) Termo de Compromisso assinado pelo profissional, com data anterior a abertura dos envelopes da licitação, com aceitação de responsabilidade técnica da obra ou serviço objeto da licitação, no caso da licitante vir a ser a vencedora.

9.38. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.39. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.



Disposições gerais sobre habilitação

9.40. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

1 Acórdão 519/2025-Plenário | Relator: BENJAMIN ZYMLER

9.41. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.42. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.43. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.44. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.45. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.45.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.45.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.45.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.45.4 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.45.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.45.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.45.7 ata de fundação;

9.45.7.1. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.45.7.2. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;



FORÇA DO PROGRESSO

**PREFEITURA
DE LAJE**

**SECRETARIA
MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO E
CULTURA**

- 9.45.7.3. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- 9.45.7.4. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
- 9.45.7.5. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e
- 9.45.7.6. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 462.167,80** (quatrocentos e sessenta e dois mil, cento e sessenta e sete reais e oitenta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.2. acima.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Órgão: _ Secretaria Municipal de Educação e Cultura
- II) Projeto Atividade: 2.056 _ Manutenção das atividades Culturais.
- III) Elemento de despesa: 3.3.90.39.00 _ Outros Serviços Terceiros _ Pessoa Jurídica.
- IV) Fontes: 00 e 42.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas

Laje/BA, 13 de abril de 2026.

Elaborado:

JOEMILLE SANTOS LEAL

Matrícula nº 110321297

Aprovado, em 15 de abril de 2026.

INDIAMARA ANDRADE FERREIRA ALVES

Secretária Municipal de Educação

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA

PROJETO TÉCNICO DE DECORAÇÃO JUNINA

SÃO JOÃO DO MUNICÍPIO DE LAJE – BA

APRESENTAÇÃO DO PROJETO

O presente Projeto Técnico tem por finalidade estabelecer as diretrizes, especificações e parâmetros para execução da decoração cenográfica e temática dos festejos juninos do Município de Laje, contemplando a montagem de estruturas decorativas, elementos cenográficos, iluminação temática e ambientação visual dos espaços públicos destinados à realização do evento.

A proposta visa proporcionar identidade visual padronizada, valorização cultural das tradições juninas e melhoria da experiência estética e funcional do público participante.

DETALHAMENTO TÉCNICO NO **ITEM 1** DO TERMO DE REFERÊNCIA.

ORÇAMENTO – CONSTRUÇÃO DE BARRACAS JUNINAS PADRONIZADAS – **COMIDA**



(FOTO ILUSTRATIVA)

1. DADOS DO PROJETO

Objeto: Montagem de barracas temáticas **de alimentação** para evento junino

Quantidade: 10 unidades

Dimensões por unidade:

- Frente: 4,00 m
- Profundidade: 2,50 m
- Altura: até 3,00 m

Características:

- Barracas geminadas (compartilhamento lateral)
- Fachada cenográfica em madeirite
- Laterais fechadas até 2,00 m
- Fundo em lona
- Balcão frontal de atendimento
- Porta frontal independente (distância de 30 cm do balcão)
- Estrutura sem cobertura (instalada sob toldo existente)

2. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

- Fabricação e montagem de estrutura em madeira
- Instalação de fechamentos laterais
- Aplicação de lona no fundo
- Execução de fachadas decorativas com recorte tipo “casinha”
- Pintura temática (cores juninas variadas)
- Instalação de balcões de atendimento
- Ajustes, fixação e acabamento final

3. MATERIAIS UTILIZADOS

- Madeirite plastificado/naval (fachadas)
- Madeira estrutural (pilares e travessas)
- Compensado ou similar (laterais)
- Lona resistente (fundos)
- Tintas acrílicas e esmaltes
- Parafusos, cantoneiras e ferragens
- Tecidos decorativos (chita)

4. ORÇAMENTO FINANCEIRO

4.1 Materiais

ITEM	VALOR ESTIMADO
Fachadas (madeirite + acabamento)	R\$ 7.800 a R\$ 9.500
Estrutura de madeira	R\$ 2.560 a R\$ 3.840
Laterais (compensado)	R\$ 2.750 a R\$ 3.500
Lona (fundos)	R\$ 1.620 a R\$ 2.250
Ferragens e fixação	R\$ 500 a R\$ 900
Pintura geral	R\$ 800 a R\$ 1.200
Decoração (tecidos)	R\$ 450 a R\$ 750

Subtotal Materiais: R\$ 16.480 a R\$ 21.940

4.2 Mão de Obra

Serviço	Valor
Montagem estrutural	R\$ 3.000 a R\$ 6.000
Execução das fachadas (corte + pintura)	R\$ 9.000 a R\$ 13.400

Subtotal Mão de Obra: R\$ 12.000 a R\$ 19.400

5. PRAZO DE EXECUÇÃO

- Fabricação: 5 a 10 dias
- Montagem no local: 3 a 5 dias

Prazo total estimado: até 15 dias

6. CONDIÇÕES GERAIS

- Estrutura desmontável e reutilizável
- Valores sujeitos a variação conforme mercado local
- Transporte não incluso (pode ser orçado separadamente)
- Energia e ponto de apoio fornecidos pelo contratante

7. OBSERVAÇÕES

- Projeto ideal para eventos juninos de médio e grande porte
- Layout favorece circulação e organização do público
- Fachadas com padrão visual atrativo e temático

8. VALOR ESTIMADO DO PROJETO BARRACAS JUNINAS PADRONIZADAS – COMIDA: R\$ 28.500 a R\$ 41.300

ORÇAMENTO E DETALHAMENTO – CONSTRUÇÃO DE BARRACAS JUNINAS PADRONIZADAS – BEBIDAS



(FOTO ILUSTRATIVA)

CARACTERÍSTICAS DAS BARRACAS de bebidas

Quantidade: 23 unidades

Dimensões por unidade:

Cada barraca será composta por:

Dimensões

- Largura: 2,00 m
- Profundidade: 2,00 m
- Altura: até 2,50 m

Estrutura

- Estrutura fixa em madeira tratada
- Sistema geminado (barracas coladas lateralmente)
- Travamento superior e posterior para estabilidade

Fechamento lateral

- Fechamento em madeira/compensado
- Altura: 2,00 m
- Laterais compartilhadas entre unidades

Fundo (LONA)

- Fechamento completo em lona resistente
- Fixação com grampos ou ilhós
- Proteção contra vento e respingos
- Fácil remoção e manutenção

Fachada

- Painel frontal em madeirite
- Recorte decorativo tipo “casinha junina”
- Pintura temática colorida
- Molduras em destaque

Balcão de atendimento

- Altura: 1,10 m
- Estrutura reforçada
- Espaço interno para caixas térmicas e bebidas

Acesso

- Entrada lateral ou traseira
- Fechamento com cortina ou porta simples

Decoração

- Aplicação de tecido chita
- Uso em cortinas, balcão e acabamento interno

IMPLANTAÇÃO

- Barracas em linha contínua (geminadas)
- Comprimento total: **46 metros lineares**
- Instalação sob cobertura existente (toldo)
- Área frontal livre para circulação

INFRAESTRUTURA

Energia

- Pontos distribuídos ao longo das barracas
- Alimentação para iluminação e equipamentos

Água (opcional)

- Sistema compartilhado com 2 a 3 pontos

QUANTITATIVO DE MATERIAIS

- Madeirite (fachadas): ~50 chapas
- Compensado/laterais: ~42 chapas
- Lona (fundos): ~100 m²
- Madeira estrutural: ~450 m lineares
- Chita: ~75 metros
- Ferragens diversas
- Tintas e acabamento

ORÇAMENTO FINANCEIRO

Materiais

Item	Valor estimado
Estrutura de madeira	R\$ 3.600 a R\$ 5.400
Fachadas em madeirite	R\$ 5.500 a R\$ 6.500
Fechamento lateral	R\$ 4.200 a R\$ 5.500
Lona para fundos	R\$ 1.800 a R\$ 2.500
Tecidos (chita)	R\$ 1.125 a R\$ 1.875
Ferragens e fixação	R\$ 800 a R\$ 1.500
Pintura	R\$ 1.200 a R\$ 2.000
Iluminação básica	R\$ 1.000 a R\$ 2.000

Subtotal Materiais: R\$ 19.225 a R\$ 27.275

Mão de obra

Serviço	Valor
Montagem estrutural	R\$ 6.000 a R\$ 10.000
Fachadas e pintura	R\$ 6.000 a R\$ 10.000

Subtotal Mão de obra: R\$ 12.000 a R\$ 20.000

VALOR ESTIMADO DO PROJETO BARRACAS JUNINAS PADRONIZADAS – **BEBIDAS:**
R\$ 31.200 a R\$ 47.200

PRAZO DE EXECUÇÃO

- Fabricação: 5 a 10 dias
- Montagem: 3 a 5 dias

Prazo total: até 15 dias

VALOR ESTIMADO DO PROJETO BARRACAS JUNINAS PADRONIZADAS – **COMIDAS E BEBIDAS:** R\$ 90.000 a R\$ 110.000

(valor sujeito à consolidação final conforme Termo de Referência e mapa de cotação)

DETALHAMENTO TÉCNICO NO **ITEM 2 DO TERMO DE REFERÊNCIA.**

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA CIDADE CENOGRÁFICA



(FOTO ILUSTRATIVA)

DIMENSÕES DA CIDADE CENOGRÁFICA (VÃO 10m)

Execução de cidade cenográfica temática junina com 10 metros lineares, composta por fachadas em madeirite representando casario e igreja central, incluindo fornecimento de materiais, pintura artística, iluminação decorativa, elementos cenográficos, mão de obra especializada, transporte, montagem e desmontagem

Igreja (elemento central)

- **Altura total:** 4,00m a 4,50m
- **Largura:** 2,50m a 3,00m
- **Profundidade:** 0,30m a 0,50m (fachada apenas)
- **Torre com cruz iluminada**

Destaque visual principal

Deve ser mais alta que as casas

Casinhas laterais (fachadas)

- **Altura:** 2,20m a 2,80m
- **Largura (cada):** 1,20m a 1,80m
- **Profundidade:** 0,20m a 0,40m

Total sugerido: **6 a 8 fachadas**

Distribuídas dos dois lados da igreja

Comprimento total

- **10 metros lineares**
- Composição:
 - Casas + igreja central + casas
 - Tudo alinhado (sem profundidade real)

MATERIAL E ESTRUTURA

- Estrutura em **madeirite (compensado 10mm a 15mm)**
- Reforço com:
 - Sarrafo de madeira
 - Travamento traseiro
- Base com apoio (pé ou estrutura metálica leve)

ILUMINAÇÃO (ESSENCIAL NO PROJETO)

- Mangueira LED contornando:
 - Igreja
 - Casas
- Cordões de luz tipo gambiarra (parte superior)
- Spots LED para banho de luz
- Cruz da igreja iluminada

ACABAMENTO

- Pintura em **cores vibrantes (tema junino)**
- Detalhes:
 - Janelas falsas
 - Portas cenográficas
 - Flores (girassol)
 - Elementos rústicos (caixotes, palha)

CIDADE CENOGRÁFICA JUNINA – 10 METROS

MATERIAL (ESTRUTURA REFORÇADA)

Item	Descrição	Valor
Madeirite (maior espessura + sobra técnica)	Fachadas completas	R\$ 5.000
Sarrafos e reforços estruturais	Travamento e segurança	R\$ 1.800
Ferragens e fixadores	Parafusos, cantoneiras	R\$ 700
Base estrutural reforçada	Estabilidade e vento	R\$ 1.000

Subtotal: R\$ 8.500

PINTURA ARTÍSTICA (PADRÃO PREMIUM)

Item	Descrição	Valor
Tintas de alta qualidade	Cores vivas e durabilidade	R\$ 1.200
Selador + preparação	Base da pintura	R\$ 600
Verniz/acabamento	Proteção final	R\$ 500

Item	Descrição	Valor
Equipe artística especializada	Pintura temática detalhada	R\$ 3.700

Subtotal: R\$ 6.000

ILUMINAÇÃO CÊNICA

Item	Descrição	Valor
Mangueira LED profissional	Contorno completo	R\$ 2.000
Cordões de luz (gambiarra)	10m completo	R\$ 1.200
Pisca-pisca decorativo	Volume alto	R\$ 800
Refletores LED	Destaque frontal e lateral	R\$ 1.500
Instalação elétrica completa	Cabeamento e montagem	R\$ 1.500

Subtotal: R\$ 7.000

ADEREÇOS E CENOGRAFIA

Item	Descrição	Valor
Caixotes decorativos	Base cenográfica	R\$ 1.000
Palha, feno, sisal	Acabamento rústico	R\$ 700
Flores decorativas	Girassóis e arranjos	R\$ 900
Elementos personalizados	Placas, detalhes juninos	R\$ 1.400

Subtotal: R\$ 4.000

MÃO DE OBRA (COMPLETA)

Item	Descrição	Valor
Carpinteiros especializados	Execução estrutura	R\$ 2.500
Ajudantes	Apoio geral	R\$ 1.200
Montagem técnica	Instalação completa	R\$ 1.000
Desmontagem	Retirada e organização	R\$ 1.000

Subtotal: R\$ 5.700

LOGÍSTICA E TRANSPORTE

Item	Descrição	Valor
Transporte geral	Ida e volta	R\$ 1.300
Carga e descarga	Equipe logística	R\$ 700
Custos operacionais	Ajustes e suporte	R\$ 800

Subtotal: R\$ 2.800

TOTAL GERAL ESTIMADO DA CIDADE CENOGRÁFICA: 30.000,00

(valor sujeito à consolidação final conforme Termo de Referência e mapa de cotação)

DETALHAMENTO TÉCNICO NO **ITEM 3** DO TERMO DE REFERÊNCIA.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PORTAL



(FOTO ILUSTRATIVA)

ESPECIFICAÇÕES DA ESTRUTURA (ENGENHARIA)

- **Dimensões:** Vão livre de 12,00m de largura; Altura livre de passagem (gabarito) de **5,50m**; Largura total aproximada de 14,00m.
- **Sustentação:** Estrutura em alumínio tipo **Box Truss Q30** (ou superior), composta por torres duplas em cada extremidade.
- **Estabilidade:** Sistema de contraventamento e lastro com no mínimo **800kg de contrapeso por coluna** (concreto ou tanques de água). É obrigatória a apresentação de **ART (Análise de Responsabilidade Técnica)** assinada por engenheiro civil.
- **Fechamento:** Estrutura metálica integralmente revestida com chapas de **compensado naval de 6mm**, servindo de base rígida para a aplicação da comunicação visual.

COMUNICAÇÃO VISUAL E CENOGRAFIA (RELEVO 3D)

- **Revestimento Geral:** Lona frontlight 440g, com impressão digital de alta resolução (mín. 720 dpi) simulando textura de pedras rústicas, com tratamento UV.
- **Elementos em Relevo:**
 - **Sanfona e Brasões:** Devem ser confeccionados em **ACM (Alumínio Composto) ou PVC expandido de 10mm**, recortados em router, conferindo profundidade e realismo à peça.
 - **Letreiro Principal:** Aplicação de letras caixa com o texto "São João de Laje", possuindo iluminação interna ou de destaque (backlight).
- **Acabamento:** O arco superior deve possuir curvatura perfeita, sem emendas aparentes na lona ou rugas de instalação.

ILUMINAÇÃO REAL E DECORATIVA

- **Arandelas:** Fornecimento e instalação de **04 (quatro) arandelas coloniais** em alumínio e vidro, fixadas nas colunas, dotadas de lâmpadas LED 12W (Branco Quente).
- **Varal de Luzes (Gambiarra):** Extensão mínima de 120 metros de cordão de luzes atravessando o portal e o leito da via, com soquetes a cada 50cm e **lâmpadas LED Bolinha 3W**.
- **Refletores:** 04 refletores LED 100W (IP65) para iluminação de destaque das colunas.
- **Segurança Elétrica:** Toda a fiação deve ser em cabo PP, protegida por eletrodutos ou embutida na estrutura, com quadro de disjuntores exclusivo.

CRONOGRAMA E LOGÍSTICA

- **Montagem:** A estrutura deve estar totalmente montada e testada em até 15 dias antes do início do evento.
- **Equipamento:** A contratada é responsável pela locação de caminhão munck/guindaste para içamento da viga principal.
- **Manutenção:** Plantão técnico para substituição de lâmpadas ou reparos em lonas durante todo o período festivo.

Orçamento Real: Portal Monumental (Vão de 12m)

Categoria	Descrição Técnica	Valor Estimado (R\$)

Estrutura Metálica	Locação de Box Truss Q30 (Torres duplas + Viga 12m) + Sapatas + Pesos de 1ton	R\$ 12.000,00
Carpintaria e Base	Compensado Naval 6mm + Sarrafos + Estrutura do Arco + Ferragens	R\$ 4.500,00
Comunicação Visual	Lonas 440g (Frente/Verso/Laterais) + Impressão UV de alta resolução	R\$ 7.500,00
Elementos 3D (Luxe)	Sanfona, Brasões e Letreiros em ACM ou PVC 10mm com recorte Router	R\$ 8.500,00
Iluminação Real	4 Arandelas Coloniais Metal/Vidro + 120m Varal LED + Lâmpadas	R\$ 4.200,00
Mão de Obra	Equipe Especializada (Cenógrafos, Eletricistas e Montadores)	R\$ 7.500,00
Logística e Engenharia	Caminhão Munck + Frete + ART (Engenheiro)	R\$ 3.800,00
TOTAL GERAL		R\$ 48.000,00

ESTIMATIVA DE CUSTO :

O valor estimado para a execução integral deste item é de **R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais)**.

(valor sujeito à consolidação final conforme Termo de Referência e mapa de cotação)

DETALHAMENTO TÉCNICO NO **ITEM 4** DO TERMO DE REFERÊNCIA.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA FOGUEIRA



(FOTO ILUSTRATIVA)

- **Estrutura Principal:** Montagem em formato piramidal ou sextavado utilizando toras de **eucalipto in natura** (diâmetro de 15cm a 20cm). Altura estimada: 3,5 metros.
- **Sustentação:** Fixação mecânica (parafusos/vergalhões) em eixo central de segurança para garantir estabilidade contra ventos e evitar tombamento.
- **Efeito de Chama:** Utilização de tecidos leves (Voil ou Cetim) em degradê de cores (amarelo, laranja e vermelho), instalados com sistema de ventilação interna para criar movimento.

AMBIENTAÇÃO DA BASE (DETALHAMENTO)

A contratada deverá executar o projeto de decoração ao redor da base da fogueira conforme segue:

- **Mobiliário:** Instalação de no mínimo 4 bancos de madeira rústica ou paletes lixados, decorados com passadeiras de **tecido chita** (estampas florais vibrantes).
- **Elementos de Apoio:** Disposição de fardos de feno retangulares intercalados aos bancos, servindo como assentos e suportes decorativos.
- **Cestaria e Adereços:** Inclusão de cestos de vime de tamanhos variados contendo elementos típicos (espigas de milho, abóboras e amendoim cenográficos ou naturais) e chapéus de palha para composição visual.

ILUMINAÇÃO CÊNICA

- Instalação de refletores LED (mínimo de 50W) na cor **âmbar/quente** posicionados internamente na fogueira e ocultos atrás dos elementos da base (feno/cestos).
- Toda a fiação deve ser em cabo PP emborrachado, devidamente isolada e embutida sob a forração de solo (palha/serragem).

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- Fornecer toda a ferramenta e mão de obra necessária.
- Garantir a limpeza do local após a desmontagem.
- Apresentar comprovante de origem legal da madeira utilizada.

6. ESTIMATIVA DE CUSTO

Item	Especificação	Qtd Est.	Valor Unit. (R\$)	Total (R\$)
Eucalipto	Toras brutas (pode ser de descarte ou prod. local)	~80 toras	R\$ 60,00	R\$ 4.800,00
Mão de Obra	Equipe de montagem/carpintaria local	Global	R\$ 4.000,00	R\$ 4.000,00
Iluminação	Locação de kit cênico (Refletores LED + Cabos)	Período	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00
Tecidos	Voil e Chita para decoração e "chama"	60 metros	R\$ 15,00	R\$ 900,00
Base e Decor	Feno, cestos, milho e pregos/ferragens	Global	R\$ 1.800,00	R\$ 1.800,00

Logística	Frete da madeira e transporte de materiais	Global	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
Reserva	Imprevistos e acabamentos finais	7%	-	R\$ 1.000,00
TOTAL				R\$ 15.000,00

VALOR ESTIMADO DA FOGUEIRA: R\$ 15.000,00
(valor sujeito à consolidação final conforme Termo de Referência e mapa de cotação)

DETALHAMENTO TÉCNICO NO **ITEM 7** DO TERMO DE REFERÊNCIA (CORETO DA PRAÇA RAIMUNDO JOSÉ DE ALMEIDA).

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO CORETO



(FOTO ILUSTRATIVA)

ORNAMENTAÇÃO – 1 CORETO (5x5m)

Escopo reforçado (padrão alto)

- Forração completa em **tecido chita premium** (fundo, laterais e acabamento)
- Saia do palco com acabamento reforçado
- Bandeirolas em grande volume (alto impacto visual)
- 3 a 5 balões cenográficos grandes
- Painel temático personalizado (estrutura + arte)
- Cenografia rústica completa:
 - Caixotes decorativos
 - Palha natural / sisal

- Arranjos com flores (girassóis, artificiais de qualidade)
- Revestimento decorativo de pilares

Iluminação reforçada

- Cordões de luz tipo gambiarra (vários pontos)
- Pisca-pisca preenchendo todo o coreto
- 4 a 6 refletores LED
- Iluminação cênica no painel (destaque visual)
- Organização de cabeamento

Incluso

- Mão de obra completa (montagem e desmontagem)
- Equipe técnica no local
- Transporte e logística
- Materiais de fixação e acabamento
- Revisão final e ajustes

VALOR ESTIMADO DECORAÇÃO DO CORETO: R\$ 10.000,00

(valor sujeito à consolidação final conforme Termo de Referência e mapa de cotação).

Laje/BA, 13 de abril de 2026.

Elaborado:

JOEMILLE SANTOS LEAL

Matrícula nº 110321297

Aprovado, em 15 de abril de 2026.

INDIAMARA ANDRADE FERREIRA ALVES
Secretária Municipal de Educação



FORÇA DO PROGRESSO

**PREFEITURA
DE LAJE**

SECRETARIA
MUNICIPAL DE
**EDUCAÇÃO E
CULTURA**

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

OBJETO:

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de ornamentação junina, compreendendo a confecção, fornecimento, montagem, instalação e desmontagem de bandeirolas, adereços temáticos, elementos cenográficos e demais itens decorativos típicos, destinados à ambientação e ao embelezamento dos espaços públicos da cidade durante as festividades de São João e São Pedro, abrangendo ruas, praças, prédios públicos e pontos estratégicos definidos pela Administração, bem como a decoração de palco e camarim, com ambientação temática adequada à realização dos shows e recepção das atrações artísticas.

1. Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público

A contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de ornamentação junina justifica-se pela relevância cultural, social, turística e econômica das festividades de São João e São Pedro no Município de Laje/BA, eventos que integram o calendário oficial das tradições populares do Estado da Bahia.

As celebrações, realizadas na sede do município, nas ruas e praças centrais, bem como no Distrito do Entroncamento de Laje, têm como objetivo valorizar e preservar as tradições culturais nordestinas, fortalecer a identidade local e promover a integração da comunidade e dos visitantes.

Além do aspecto cultural, os festejos impulsionam a economia local, fomentando o comércio, o turismo, a geração de empregos temporários e a circulação de renda no município.

Nesse contexto, a ambientação dos espaços públicos com bandeirolas, adereços temáticos, elementos cenográficos e decoração de palco é essencial para proporcionar uma atmosfera festiva, acolhedora e visualmente atrativa, contribuindo diretamente para o sucesso do evento.

Dessa forma, faz-se necessária a contratação de empresa especializada, garantindo qualidade, segurança e eficiência na montagem, manutenção e desmontagem dos materiais decorativos durante os festejos juninos de 2026.

2. Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração

O Plano anual de contratações do Município de Laje encontra-se em desenvolvimento, todavia, a contratação consta no Plano Plurianual e orçamento anual da Secretaria Municipal de Educação e Cultura. A demanda ainda está prevista na programação anual de Eventos do Município para os



FORÇA DO PROGRESSO

**PREFEITURA
DE LAJE****SECRETARIA
MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO E
CULTURA**

Festejos Juninos.

Eis da demanda:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND DE MEDIDA	QUANT	CATSER	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	<p>Confecção, montagem e instalação de barracas em madeirite (praça de alimentação) destinadas à comercialização de alimentos, bebidas e produtos típicos durante o evento, de forma a proporcionar melhor organização, funcionalidade e ambientação estética do espaço festivo. As barracas deverão conter fachadas estilizadas e pintura artística em cores variadas, contendo:</p> <ul style="list-style-type: none">• aberturas frontais para atendimento ao público;• portas de acesso;• balcões de apoio;• identificação visual temática (nomes de barracas);• estrutura adequada para comercialização de alimentos, bebidas e produtos típicos. <p>Deverá contemplar também a ornamentação aérea com bandeirolas coloridas, confeccionadas em material resistente, instaladas em fileiras, bem como iluminação decorativa suspensa, garantindo ambientação típica das festividades juninas, com fixação segura e acabamento visual harmonioso. Toda a estrutura deverá ser segura, estável e adequada para instalação em espaços públicos, incluindo montagem, manutenção durante o evento e posterior desmontagem.</p>	UND	1	17485	R\$ 93.326,67	R\$ 93.326,67
2	<p>Confecção, montagem e instalação de Portal decorativo para a entrada do local da festa junina.</p> <p>Confecção, montagem e instalação de portal decorativo para a entrada do local da Festa Junina, utilizando estrutura em alumínio Q30, nas dimensões de 8,00m x 8,00m, a ser fornecida pela Prefeitura. A ornamentação deverá ser composta por</p>	UND	3	17485	R\$ 42.333,33	R\$ 126.999,99



FORÇA DO PROGRESSO

**PREFEITURA
DE LAJE****SECRETARIA
MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO E
CULTURA**

	lona sublimada, tecidos decorativos, apliques em PVC, peças em maderite adesivado e elementos tridimensionais, devendo conter elementos típicos juninos, tais como chapéus, balões, bandeirolas, fogueira cenográfica e demais adornos decorativos característicos da festividade, conforme layout a ser disponibilizado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.					
3	Confecção, montagem e instalação de Casais ornamentais de caipiras para fotos , confeccionados em maderite pintado, com 1,60m de altura e 1,50m de largura, contendo recortes na área do rosto para interação fotográfica.	UND	3	17485	R\$ 2.016,67	R\$ 6.050,01
4	Confecção, montagem e instalação de Balões ornamentais decorativos em tamanhos diversos , confeccionados em madeira e revestidos com tecido tipo chita floral, devidamente decorados com acabamento artístico de qualidade, nas dimensões aproximadas de 40cm de altura x 30cm de largura, 50cm de altura x 40cm de largura, 80cm de altura x 70cm de largura, e modelo de chão medindo 3,00m de altura x 1,70m de largura, destinados à ornamentação temática junina do evento.	UND	70	17485	R\$236,65	R\$ 16.565,50
5	Prestação de serviços de confecção, fornecimento e instalação de bandeirolas decorativas confeccionadas em plástico, com dimensões aproximadas de 30 cm x 35 cm e espessura de 8 mm, em cores variadas, tais como verde, vermelho, amarelo, azul, branco, laranja e rosa, destinadas à ornamentação das ruas principais da cidade, ruas e praças centrais, bem como do Distrito do Entroncamento de Laje, local onde ocorrerão os festejos de São Pedro, com o objetivo de ambientar e embelezar os espaços públicos durante as festividades de São João e São Pedro. As bandeirolas deverão ser devidamente grampeadas e fixadas em fitilhos de polipropileno, com espaçamento regular aproximado de 20 cm entre elas, ao longo de percurso estimado em 1 km de vias públicas com largura média de 9 metros, observando a alternância de	MT	25.000	17485	R\$ 2,42	R\$ 60.500,00



FORÇA DO PROGRESSO

**PREFEITURA
DE LAJE****SECRETARIA
MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO E
CULTURA**

	cores a cada 15 unidades. Os fitilhos deverão ser instalados e estendidos sobre cabos de aço, os quais deverão ser integralmente fornecidos e instalados pela empresa contratada, com fixação em postes de ferro galvanizado a aproximadamente 7 metros de altura, incluindo a instalação de poste central com 15 metros de altura na praça principal, formando efeito visual tipo "sombriinha". Todos os materiais, equipamentos, mão de obra, transporte, instalação dos postes, instalação dos cabos de aço e demais insumos necessários à perfeita execução do serviço serão de inteira responsabilidade da empresa vencedora.					
6	Prestação de serviços de decoração, montagem e ambientação de palco e camarim para as festividades juninas de São João e São Pedro , incluindo a instalação de malhas tensionadas para cobertura e revestimento do palco, devidamente aplicadas e esticadas, confeccionadas em material antichamas (material com tratamento antichama - NR-23 / AVCB , laudo ou certificação, instalação profissional e fixação segura). O serviço deverá contemplar elementos cenográficos e demais itens característicos da festividade. Deverá incluir, ainda, a montagem e decoração do camarim e lounge de apoio, com fornecimento e disposição de sofás, poltronas, cadeiras, mesa para acomodação de salgados e demais itens de apoio, espelhos e elementos decorativos, proporcionando ambientação adequada, conforto e identidade visual temática ao espaço. Todos os materiais, mobiliários, mão de obra, transporte, montagem, instalação e desmontagem serão de responsabilidade da empresa contratada.	UND	2	17485	R\$ 35.366,67	R\$ 70.733,34
7	Confecção, montagem e instalação de cidade cenográfica em material tipo madeirite , composta por fachadas cenográficas em formatos de casas e edificações típicas juninas, com pintura artística em cores variadas (amarelo, azul, rosa, vermelho, branco, entre outras), medindo aproximadamente	UND	1	17485	R\$44.600,00	R\$44.600,00



FORÇA DO PROGRESSO

**PREFEITURA
DE LAJE**

**SECRETARIA
MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO E
CULTURA**

	<p>2,50m de altura, 2,20m de largura e 1,70m de profundidade, com acabamento decorativo de alta qualidade.</p> <p>As estruturas deverão apresentar detalhes arquitetônicos simulando construções reais, incluindo portas, janelas, molduras, platibandas, elementos religiosos (como igrejas com cruz), telhados cenográficos aparentes e sobreposições decorativas, proporcionando aspecto tridimensional e imersivo ao ambiente.</p>					
8	<p>Confecção, montagem e instalação de fogueira cenográfica de grande porte, com estrutura em madeira e/ou material similar, medindo aproximadamente entre 4,00m a 6,00m de altura, em formato piramidal, simulando uma fogueira junina tradicional.</p> <p>A estrutura deverá ser composta por elementos cenográficos que imitam lenha empilhada, com acabamento rústico e pintura artística, contendo revestimento interno em material translúcido ou lona difusora, iluminado com sistema de iluminação cênica em tons quentes (amarelo, laranja e vermelho), proporcionando efeito visual semelhante ao fogo aceso.</p> <p>Deverá incluir:</p> <ul style="list-style-type: none">• iluminação interna e/ou externa com efeitos cintilantes ou estáticos;• acabamento superior simulando chamas;• base estruturada e estável, adequada para instalação em espaço público;• materiais resistentes e seguros, próprios para uso em eventos;• montagem, manutenção durante o período festivo e desmontagem. <p>O item deverá estar integrado à ornamentação aérea com bandeirolas coloridas e demais elementos decorativos juninos, compondo cenário</p>	UND	1	17485	R\$15.671,00	R\$15.671,00



	temático de grande impacto visual, conforme padrão das festividades de São João.					
9	Prestação de serviços de confecção, montagem e instalação de decoração junina dos pontos estratégicos e de maior circulação da cidade, compreendendo a ornamentação do Espaço Cultural Belvedere, pergolados, coreto da Praça Raimundo José de Almeida, estrutura do telhado do Mercado Municipal, localizado na Rua da Estação, e demais pontos importantes definidos pela Administração. A decoração deverá ser composta por tecidos tipo chitão e chita, juta, esteiras, bandeirolas em cores diversas, medindo aproximadamente 30cm x 35cm x 8mm, balões decorativos, peças artesanais em tamanhos variados (20cm, 30cm e 40cm), além de outros elementos decorativos típicos juninos, devidamente instalados e distribuídos de forma harmoniosa, visando à ambientação temática dos espaços públicos durante o período festivo.	UND	1	17485	R\$ 27.721,29	R\$ 27.721,29
VALOR TOTAL ESTIMADO:						R\$ 462.167,80



FORÇA DO PROGRESSO
**PREFEITURA
DE LAJE**

SECRETARIA
MUNICIPAL DE
**EDUCAÇÃO E
CULTURA**

2.1. Referência a outros instrumentos de planejamento do órgão ou entidade, se houver

Não se aplica.

3. Requisitos da contratação

3.1. Qualificação da Empresa

3.1.1. Experiência Operacional Comprovada: Apresentação de Atestado de Capacidade Operacional com Serviços semelhantes.

3.1.2. Experiência do Responsável Técnico Comprovada: Apresentação de Atestado de Capacidade Profissional com Serviços semelhantes.

3.1.3. Equipamentos e Veículos Adequados: Comprovação de Possuir Equipamentos Adequados para Execução dos Serviços de Engenharia

3.1.4. Plano de Execução: Cronograma detalhado da preparação, montagem, realização e desmontagem do evento.

3.2. Conformidade Legal e Normativa

3.2.1. Registro em Entidade de Fiscalização do Serviço: Apresentação de Registro no CREA

3.2.2. Normas de Segurança do Trabalho: Compromisso de seguir as normas de segurança do trabalho em altura e eletricidade

3.3. Aspectos Financeiros

3.3.1. Orçamento Detalhado: Apresentação de um orçamento detalhado, incluindo todos os custos associados ao serviço.

3.3.2. Condições de Pagamento: Aceitação das condições de pagamento, incluindo prazos, formas de pagamento, e possíveis penalidades por atraso ou inadimplência.

3.4. Avaliação e Monitoramento

3.4.1. Mecanismos de Avaliação: Estabelecimento de mecanismos para avaliação da qualidade do serviço prestado

3.4.2. Planos de Contingência: Desenvolvimento de planos de contingência para lidar com imprevistos ou falhas na execução dos serviços.

3.5. Requisitos Específicos do Contratante

3.5.1. Capacidade de Atendimento: Capacidade comprovada de atender ao Município

Demonstração de Capacidade Técnica - Profissionais:



FORÇA DO PROGRESSO
**PREFEITURA
DE LAJE**

SECRETARIA
MUNICIPAL DE
**EDUCAÇÃO E
CULTURA**

A contratada deverá comprovar capacidade técnica operacional e profissional compatível com o objeto da contratação, referente à prestação de **serviços de ornamentação junina**, compreendendo a **confeção, fornecimento, montagem, instalação e desmontagem de bandeirolas, adereços temáticos, elementos cenográficos e demais itens decorativos típicos**, destinados à ambientação e ao embelezamento dos espaços públicos durante as festividades de São João e São Pedro.

A execução dos serviços compreenderá a ornamentação, montagem, instalação, manutenção e posterior desmontagem dos elementos decorativos nos seguintes locais e espaços públicos do Município:

- **Praça Lomanto Júnior;**
- **Orla Municipal;**
- **Rua Leonel Brito;**
- **Praça Antônio Carlos Magalhães;**
- **Belvedere;**
- **Sede da Prefeitura Municipal;**
- **Ruas e praças centrais da sede do município;**
- **Distrito do Entroncamento de Laje.**

Os serviços abrangerão, ainda, a instalação de decoração em **prédios públicos, postes de iluminação, palco principal, camarins, acessos ao evento e demais pontos estratégicos previamente definidos pela Administração Municipal**, de modo a assegurar a padronização estética e a adequada ambientação dos festejos juninos.

Em razão da abrangência e complexidade da execução, será necessária a disponibilização de profissionais com experiência comprovada nas seguintes funções:

- **carpinteiro ou montador de estruturas em madeira**, para confecção, montagem e instalação de barracas em madeirite, praça de alimentação, cidade cenográfica e demais estruturas decorativas;
- **profissional para instalação de bandeirolas e adornos aéreos**, com experiência em fixação de peças decorativas em postes e estruturas elevadas, inclusive em altura, observadas as normas de segurança do trabalho;
- **decorador/cenógrafo ou profissional equivalente**, com experiência em ambientação temática de palco, camarim e espaços de recepção das atrações artísticas;
- **equipe de montagem e desmontagem**, apta à instalação e retirada de adereços temáticos, painéis decorativos, estruturas cenográficas e demais itens ornamentais.

A comprovação da capacidade técnica deverá ser realizada por meio de **atestado(s) de capacidade técnica, contratos anteriores, declarações de execução de serviços similares, portfólio fotográfico ou outros documentos idôneos**, que demonstrem a experiência da empresa e dos profissionais em serviços compatíveis com o objeto contratado.



4. Estimativa das quantidades, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala

Para estimar as quantidades e elaborar as memórias de cálculo para a contratação pretendida, levou-se em consideração as contratações realizadas nos Exercícios de 2024 e de 2025.

5. Levantamento de mercado que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar

(art. 18, V, da Lei nº 14.133/2021)

Em atendimento ao disposto no art. 18, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, procedeu-se ao levantamento de mercado, com a análise das alternativas possíveis para atendimento da necessidade administrativa relacionada à ornamentação e ambientação dos festejos juninos de São João e São Pedro 2026, no Município de Laje/BA.

Foram consideradas as seguintes alternativas:

a) Execução direta pela Administração

Consiste na realização dos serviços por meio de servidores, equipe própria e utilização de materiais adquiridos diretamente pelo Município.

Análise

técnica:

Verificou-se que a Administração não dispõe, em seu quadro funcional, de equipe técnica especializada e em quantidade suficiente para a confecção, montagem, manutenção e desmontagem de ornamentação junina em grande escala, especialmente considerando a abrangência da sede municipal e do Distrito do Entroncamento.

Análise

econômica:

A execução direta demandaria aquisição de grande volume de materiais, ferramentas, equipamentos e eventual contratação temporária de mão de obra, elevando os custos operacionais e administrativos, além de comprometer a rotina dos serviços públicos ordinários.

Conclusão: alternativa considerada **menos vantajosa**.

b) Aquisição dos materiais e montagem separada

Consiste na compra direta dos materiais decorativos, com contratação separada de mão de obra ou utilização de equipe própria para instalação.

Análise

técnica:

Embora permita maior controle sobre os insumos, essa alternativa fragmenta a execução do objeto,



podendo gerar incompatibilidades entre fornecimento e montagem, além de dificultar a responsabilização por eventuais falhas na instalação e manutenção.

Análise

econômica:

A separação do objeto pode elevar os custos administrativos, exigir múltiplos procedimentos de contratação e aumentar o risco de desperdício de materiais.

Conclusão: alternativa **viável, porém menos eficiente**.

c) Locação/contratação integrada de empresa especializada mediante licitação

Consiste na contratação de empresa especializada para a prestação completa dos serviços de confecção, fornecimento, montagem, manutenção e desmontagem da ornamentação.

Análise

técnica:

Trata-se da solução que melhor atende ao interesse público, pois concentra em um único contratado toda a responsabilidade pela execução do objeto, assegurando padronização, qualidade estética, segurança estrutural e cumprimento dos prazos do evento.

Análise

econômica:

A contratação integrada por meio de procedimento licitatório possibilita ampla competitividade entre fornecedores, favorecendo a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, com melhor relação custo-benefício e redução dos custos indiretos de gestão e fiscalização.

Conclusão: alternativa considerada **tecnicamente e economicamente mais vantajosa**.

6. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

Diante das alternativas analisadas, conclui-se que a solução mais viável é a **contratação de empresa especializada mediante processo licitatório**, por se mostrar a opção mais adequada sob os aspectos técnico, operacional e econômico, garantindo maior eficiência, qualidade na execução, segurança e melhor aproveitamento dos recursos públicos, em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

6. Definição do método para estimativas de preços ou dos meios de previsão de preços referenciais*

A estimativa de preços para a presente contratação foi realizada com base em pesquisa de mercado efetuada por meio de fonte especializada em preços públicos e referenciais, utilizando-se a plataforma Fonte de Preços, disponível no site fontedeprecos.com.br.

A metodologia adotada consistiu na consulta de valores praticados em contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades da Administração Pública, bem como em referências de mercado compatíveis com o objeto pretendido, garantindo maior segurança, razoabilidade e compatibilidade dos preços estimados.

Os valores obtidos por meio da referida plataforma serviram como parâmetro de referência para a formação do preço estimado da contratação, em observância aos princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade para a Administração Pública.



7. Descrição da solução como um todo

A solução proposta para a contratação do objeto é a manutenção da proposta de anos anteriores, dada a necessidade que há de decorar a cidade que tem a tradição das comemorações juninas são fortes e os poucos recursos para ação governamental.

7.1 Solução proposta para atendimento da demanda consiste na **realização de procedimento licitatório, na modalidade Pregão**, visando à contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de ornamentação junina, compreendendo a confecção, fornecimento, montagem, instalação e desmontagem dos elementos decorativos previstos.

Nos anos anteriores, foram realizadas contratações por meio de licitação na modalidade **Pregão**, demonstrando-se adequada à natureza do objeto. Para o presente exercício, a contratação deverá igualmente ser precedida de licitação, **na mesma modalidade**, considerando que os serviços pretendidos pela Administração possuem natureza comum, com padrões de desempenho e qualidade passíveis de definição objetiva no edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Dessa forma, a adoção do Pregão mostra-se a alternativa mais adequada, observando os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, nos termos da Lei nº 14.133/2021, que estabelece o pregão como modalidade obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns.

7.2. Modalidades de Contratação:

Foram analisadas contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades com o objetivo de identificar:

1. Novas metodologias, tecnologias, inovações ou características que pudessem contribuir com o presente processo.
2. Soluções que melhor atendam às necessidades da Administração.

7.3. Convergência para Licitação:

Nos anos anteriores foram realizadas licitações na modalidade Pregão e, neste ano, a contratação deverá ser precedida de licitação, na mesma modalidade, dada a natureza comum dos serviços pretendidos pela Administração.



FORÇA DO PROGRESSO
**PREFEITURA
DE LAJE**

SECRETARIA
MUNICIPAL DE
**EDUCAÇÃO E
CULTURA**

Esta licitação será realizada com as condições estabelecidas neste Edital e será regida pela Lei Federal nº 14.133/2021.

8. Justificativas para o parcelamento ou não da solução, quando necessária para a individualização do objeto*

O parcelamento da solução é a regra devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

A **decisão de parcelar ou não a solução** deve ser tomada caso a caso, considerando os **fatores mencionados** e as **características específicas do projeto**. O **parcelamento pode ser uma opção viável** para **soluções complexas** ou quando a **disponibilidade de recursos financeiros** é limitada. No entanto, o **parcelamento também pode atrasar a implementação da solução** e aumentar os custos do projeto.

O parcelamento ou a não parcelamento da contratação para a execução dos serviços de montagem, instalação e desmontagem de postes e estruturas de cabos de aço para decoração de vias públicas com bandeirolas e fitilhos para as Festas Públicas de São João e São Pedro no Município de Laje pode ser justificada sob diversas perspectivas, principalmente técnica, econômica e legal.

Justificativas para o Parcelamento

Especialização dos Serviços: Cada fase do serviço (montagem, instalação e desmontagem) pode requerer especializações diferentes, o que justifica a contratação de empresas ou profissionais distintos para cada tarefa, garantindo maior qualidade e eficiência.

Gestão de Riscos: O parcelamento pode diminuir riscos operacionais e financeiros, distribuindo as responsabilidades por diferentes contratados. Isso facilita a gestão de cada etapa do projeto e permite uma resposta mais rápida e eficiente em caso de problemas.

Competitividade e Economia: O parcelamento pode aumentar a competição ao permitir que empresas menores, com especializações específicas, participem das licitações. Isso pode resultar em propostas mais vantajosas economicamente para a administração pública.

Flexibilidade e Ajustes: A divisão em lotes permite ajustes pontuais e a revisão de estratégias para as fases subsequentes, com base na experiência e nos resultados das fases anteriores.

Justificativas para a Não Parcelamento



Integração e Coordenação: A contratação de um único prestador para todos os serviços pode garantir uma melhor integração e coordenação do projeto, evitando desencontros de agendas, responsabilidades e execução entre diferentes empresas.

Redução de Custos Operacionais: A centralização dos serviços em uma única contratação pode reduzir custos operacionais e administrativos, como a gestão de contratos, fiscalização e comunicação.

Responsabilidade Única: Com um único contratado, há uma clara responsabilização por todas as etapas do serviço, facilitando a gestão de garantias, qualidade e prazos.

Otimização de Tempo: A execução integrada dos serviços pode otimizar o cronograma de trabalho, reduzindo o tempo total necessário para a conclusão do projeto.

Aspectos Legais e Normativos

É fundamental considerar a legislação e as normativas aplicáveis à contratação pública, como a Lei de Licitações e Contratos, que estabelecem os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, entre outros. Deve-se analisar a viabilidade do parcelamento ou não à luz desses princípios, considerando sempre o interesse público, a obtenção das melhores condições para a administração, a promoção da competitividade e a seleção da proposta mais vantajosa.

Nesse estudo, após a avaliação detalhada, considerando todos os aspectos mencionados, para justificar adequadamente sua escolha pelo parcelamento ou pela contratação única dos serviços necessários para a decoração de vias públicas para as festividades de São João, **entendemos que mais adequado é o não parcelamento**, pelos motivos destacados a seguir:

1. Eficiência e Coesão na Execução do Projeto

- **Coordenação Unificada:** A gestão de um único contrato facilita a coordenação do projeto, eliminando a necessidade de gerenciar múltiplos cronogramas e interfaces entre diferentes prestadores de serviços. Isso pode resultar em uma execução mais fluída e coesa do projeto.
- **Responsabilidade Única:** Com um único prestador de serviços, há clareza na responsabilidade pela qualidade, prazos e resolução de quaisquer problemas que possam surgir, evitando conflitos e sobreposições de responsabilidades entre diferentes contratados.

2. Qualidade e Uniformidade dos Serviços

- **Padronização:** A uniformidade na qualidade do serviço é mais facilmente garantida quando um único fornecedor é responsável por todas as etapas do processo. Isso assegura que o padrão de qualidade estabelecido seja mantido do início ao fim do projeto.
- **Especialização:** Uma empresa que oferece o pacote completo de serviços tende a possuir uma visão holística do projeto e maior experiência em todas as suas fases, contribuindo para uma execução de alta qualidade.



FORÇA DO PROGRESSO

**PREFEITURA
DE LAJE**

**SECRETARIA
MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO E
CULTURA**

3. Aspectos Econômicos

- Redução de Custos Operacionais e Administrativos: A administração de um único contrato pode reduzir significativamente os custos operacionais e administrativos, como a fiscalização, gestão de contratos e comunicação entre as partes.
- Otimização de Recursos: A possibilidade de negociar melhores condições e preços quando um volume maior de serviços é contratado de uma única vez pode levar a economias significativas para a administração pública.

4. Simplificação dos Processos Licitatórios

- Agilidade no Processo de Licitação: O processo licitatório pode ser mais ágil e menos complexo quando focado em um único prestador de serviços, economizando tempo e recursos tanto para a administração quanto para os licitantes.
- Atração de Empresas com Maior Capacidade Técnica: Contratos maiores e mais abrangentes podem atrair empresas com maior capacidade técnica e financeira, garantindo a execução competente do projeto.

5. Aspectos Legais e Normativos

- Conformidade com a Legislação: A decisão pelo não parcelamento deve ser fundamentada na observância dos princípios da Lei de Licitações, especialmente o princípio da eficiência, demonstrando que a escolha é a mais vantajosa para a administração pública.

Em resumo, a opção pelo não parcelamento da solução foi embasada em uma análise cuidadosa que demonstrou como essa abordagem contribui para a eficiência operacional, qualidade do serviço, economia para a administração pública, e conformidade com os princípios legais e normativos.

9. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis

9.1. Economicidade

9.1.1. Redução de Custos

Comparação de Preços: Realização de um processo de licitação competitivo, assegurando a escolha de fornecedores que ofereçam o melhor custo-benefício.

Negociação de Preços: Aproveitamento da capacidade de negociação para obter preços mais vantajosos, baseado no volume de serviços contratados.

9.1.2. Otimização de Recursos



Aproveitamento de Recursos Locais: Preferência por fornecedores locais ou regionais para reduzir custos de transporte e fomentar a economia local, se possível.

Uso Eficiente de Materiais: Seleção de materiais de decoração reutilizáveis ou recicláveis para minimizar despesas e impacto ambiental.

9.2. Melhor Aproveitamento dos Recursos Humanos

9.2.1. Capacitação e Engajamento

Treinamento de Voluntários: Capacitação de voluntários da comunidade para auxiliar na organização e realização do evento, promovendo o desenvolvimento de habilidades e o engajamento comunitário.

9.2.2. Eficiência Operacional

Alocação Estratégica de Equipes: Organização de equipes de trabalho com base em competências e experiências específicas, assegurando a eficiência na execução das tarefas.

9.3. Maximização dos Recursos Materiais

9.3.1. Uso Racional de Materiais

Planejamento Detalhado: Elaboração de um planejamento que preveja o uso racional de todos os materiais, evitando desperdícios.

9.3.2. Sustentabilidade

Seleção Consciente: Escolha de materiais sustentáveis e fornecedores com práticas ecoeficientes, contribuindo para a redução do impacto ambiental.

9.4. Eficiência Financeira

9.4.1. Controle Orçamentário

Monitoramento de Gastos: Implementação de um sistema rigoroso de controle orçamentário para monitorar os gastos em tempo real, garantindo que o evento permaneça dentro do orçamento estabelecido.

Investimento Comunitário

Retorno para a Comunidade: Avaliação do impacto do evento na economia local e no bem-estar das mães participantes, considerando a geração de empregos temporários e o fortalecimento do tecido social.

9.5. Resultados Esperados



9.1. Indicadores de Sucesso

Os resultados esperados com a contratação serão aferidos por meio dos seguintes indicadores de desempenho e sucesso:

a) Satisfação dos Participantes:

Avaliação realizada por meio de pesquisas de satisfação aplicadas ao público participante, comerciantes locais e demais envolvidos, visando mensurar a percepção quanto à organização, ambientação, conforto e experiência proporcionada pelas festividades.

b) Cobertura de Mídia e Reconhecimento Social:

Verificação da visibilidade alcançada pelo evento, considerando a repercussão na mídia local e regional, bem como o engajamento e alcance nas redes sociais institucionais e demais canais de comunicação.

c) Economicidade:

Análise comparativa entre os custos efetivamente executados e os valores estimados em orçamentos ou contratações similares, com o objetivo de demonstrar a eficiência na aplicação dos recursos públicos e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

d) Valorização Cultural e Identidade Local:

Análise qualitativa do grau de preservação, promoção e fortalecimento das tradições juninas, observando a adequação estética, temática e cultural da ornamentação executada, sua compatibilidade com os elementos típicos do São João e São Pedro, e a contribuição para o fortalecimento da identidade cultural do Município.

e) Geração de Empregos Diretos e Indiretos:

Mensuração da quantidade estimada de postos de trabalho temporários gerados em decorrência da realização do evento e da execução dos serviços contratados, abrangendo mão de obra direta, prestadores de serviços, comércio informal, setor de alimentação, hospedagem, transporte e demais atividades correlatas.

10. Providências para adequação do ambiente do órgão

Não se aplica



11. Contratações correlatas e/ou interdependentes

Ressalta-se que há atualmente uma ata vigente referente à prestação de serviços de ornamentação no município (ATA DE REFISTRO DE PREÇO N°01/2024). Contudo, **esse instrumento contempla exclusivamente a execução dos serviços, sem prever o fornecimento de materiais decorativos específicos, como bandeirolas, estruturas metálicas, postes decorativos e demais elementos característicos das festividades juninas.**

A ausência de insumos no escopo do contrato em vigor, somada à indisponibilidade desses materiais no acervo da Prefeitura, inviabiliza a execução da ornamentação temática necessária para os festejos de São João e São Pedro. Além disso, a complexidade da montagem desses elementos decorativos — que envolve serviços com exigências técnicas de engenharia, trabalhos em altura e em áreas de risco elétrico — demanda uma contratação que contemple não apenas a mão de obra, mas também o fornecimento integral dos materiais e equipamentos adequados à segurança e à qualidade da instalação.

Dessa forma, evidencia-se que a **contratação vigente não atende à totalidade das demandas específicas deste período festivo**, sendo imprescindível a abertura de um novo processo licitatório com escopo ampliado. Tal processo deverá incluir tanto o fornecimento dos materiais típicos quanto a prestação do serviço especializado, garantindo uma ambientação adequada à relevância cultural das celebrações juninas em nosso município.

Diante da natureza sazonal, da urgência e da ausência de contrato com abrangência compatível, a nova contratação se configura como correlata, porém distinta e indispensável, o que justifica plenamente a sua realização de forma autônoma.

12. Declaração da viabilidade ou não da contratação*

A contratação é viável, com base nos elementos anteriores dos Estudos Preliminares.

13. Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável

Requisitos de Baixo Consumo de Energia e de Outros Recursos:

- 1. **Eficiência energética:**

- Os equipamentos que exigirão uso de energia elétrica devem ser energeticamente eficientes e atender aos critérios de classificação energética estabelecidos pelo INMETRO.
- Medidas mitigadoras:**
 - Locação de equipamentos com selo Procel A.
 - Implementação de medidas para reduzir o consumo de energia, como desligar os equipamentos quando não estiverem em uso



FORÇA DO PROGRESSO

**PREFEITURA
DE LAJE**

SECRETARIA
MUNICIPAL DE
**EDUCAÇÃO E
CULTURA**

- **2. Economia de materiais:**

- Os equipamentos e materiais devem ser projetados para minimizar o uso de materiais, priorizando materiais reciclados e biodegradáveis.
- **Medidas mitigadoras:**
 - Compra de equipamentos com menor quantidade de materiais virgens e maior quantidade de materiais reciclados.
 - Priorização de fornecedores que utilizem práticas sustentáveis na produção dos equipamentos.
 -

Logística Reversa para Desfazimento e Reciclagem de Bens e Refugos:

- **1. Implementação de um programa de logística reversa para o descarte correto dos equipamentos e dos resíduos gerados.**
 - **Medidas mitigadoras:**
 - Contratação de empresas especializadas para o descarte correto dos equipamentos e dos resíduos gerados.
 - Implementação de um sistema de coleta seletiva para os resíduos gerados.
 - **Benefícios:**
 - Redução da poluição ambiental.
 - Preservação dos recursos naturais.
 - Promoção da sustentabilidade.

14. Critérios e práticas de sustentabilidade

A **sustentabilidade** nas contratações públicas busca **promover a responsabilidade social e ambiental** durante todo o ciclo de vida dos produtos e serviços. Isso significa considerar os impactos sociais, econômicos e ambientais desde a **extração de recursos até o descarte final sempre que houver a necessidade de fornecimento de bens na contratação**.

Critérios de Sustentabilidade:

Ambientais:

- **Eficiência energética:** Priorizar produtos com baixo consumo de energia e classificação energética A no INMETRO.
- **Economia de água:** Optar por produtos que minimizem o consumo de água.
- **Materiais reciclados e biodegradáveis:** Incentivar produtos com menor quantidade de materiais virgens e maior quantidade de materiais reciclados e biodegradáveis.
- **Logística reversa:** Exigir dos fornecedores a implementação de um sistema de logística reversa para o descarte correto dos produtos e dos resíduos gerados.

Econômicos:

- **Viabilidade econômica e financeira:** Considerar o ciclo de vida completo do produto ou serviço, incluindo custos de aquisição, operação, manutenção e descarte.
- **Preço justo:** Pagar um preço justo pelos produtos e serviços, que reflita os seus custos reais,



FORÇA DO PROGRESSO
**PREFEITURA
DE LAJE**

SECRETARIA
MUNICIPAL DE
**EDUCAÇÃO E
CULTURA**

incluindo os custos sociais e ambientais.

- **Compras locais:** Incentivar a compra de produtos e serviços de empresas locais, gerando emprego e renda na região.

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos previstos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

15. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina

Com base na análise detalhada da solução, conclui-se que a contratação do objeto é adequado para o atendimento da necessidade apontada pela Secretaria Municipal Requisitante.

A solução apresenta características que atendem aos requisitos técnicos e funcionais da necessidade, é compatível com a infraestrutura existente, está alinhada com as estratégias e objetivos da organização, e é economicamente e financeiramente viável, devendo ser efetuada por licitação.

Laje-BA, 15 de abril de 2026.

Equipe de Planejamento da Contratação:

JOEMILLE SANTOS LEAL - Matrícula nº 110321297
Presidente da equipe de Planejamento
Secretaria Municipal de Educação e Cultura

GEISA DOS SANTOS SOUZA – SUELY CONCEIÇÃO RAMOS SANTOS
Secretaria Municipal de Educação e – Secretaria Municipal de Educação e
Cultura – Matrícula nº 110321293 Cultura – Matrícula nº 350
Membro 2



FORÇA DO PROGRESSO

**PREFEITURA
DE LAJE**SECRETARIA
MUNICIPAL DE
**EDUCAÇÃO E
CULTURA****GERENCIAMENTO DE RISCOS****OBJETO:**

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de ornamentação junina, compreendendo a confecção, fornecimento, montagem, instalação e desmontagem de bandeiras, adereços temáticos, elementos cenográficos e demais itens decorativos típicos, destinados à ambientação e ao embelezamento dos espaços públicos da cidade durante as festividades de São João e São Pedro, abrangendo ruas, praças, prédios públicos e pontos estratégicos definidos pela Administração, bem como a decoração de palco e camarim, com ambientação temática adequada à realização dos shows e recepção das atrações artísticas.

Risco Identificado	Causa Provável	Probabilidade	Impacto	Nível do Risco	Medidas Preventivas	Ações de Mitigação	Responsável
Atraso na execução da montagem da ornamentação	Descumprimento do cronograma pela contratada, insuficiência de equipe ou atraso no fornecimento de materiais	Média	Alto	Alto	Estabelecer cronograma detalhado no contrato, com prazos e penalidades; exigir equipe mínima e capacidade técnica	Notificação imediata da contratada; aplicação de penalidades; reforço da equipe de execução	Fiscal do Contrato / Secretaria Demandante
Materiais decorativos de baixa qualidade	Uso de materiais inferiores ao especificado ou tentativa de redução de custos pela contratada	Média	Alto	Alto	Definir especificações técnicas detalhadas no edital e termo de referência	Rejeição dos materiais; substituição imediata sem ônus para a Administração	Fiscal do Contrato
Instalação inadequada em postes e locais elevados	Falta de mão de obra qualificada ou ausência de equipamentos de segurança	Média	Alto	Alto	Exigir comprovação de equipe técnica especializada e cumprimento das normas de segurança	Suspensão do serviço até regularização; substituição dos profissionais	Fiscal do Contrato / Engenheiro ou Técnico Responsável
Acidentes durante a montagem e desmontagem	Falta de uso de EPI, trabalho em altura sem segurança ou falha operacional	Baixa	Alto	Médio	Exigir uso obrigatório de EPIs e cumprimento das normas de segurança do trabalho	Paralisação imediata do serviço e correção das falhas de segurança	Contratada / Fiscal do Contrato
Danos ao	Instalação	Média	Médio	Médio	Orientação prévia	Reparação	Contratada / Fiscal

Risco Identificado	Causa Provável	Probabilidade	Impacto	Nível do Risco	Medidas Preventivas	Ações de Mitigação	Responsável
patrimônio público	inadequada em prédios públicos, praças e postes				dos locais e acompanhamento da instalação	imediate dos danos pela contratada	do Contrato
Ornamentação incompatível com o projeto aprovado	Descumprimento do layout, tema ou padrão visual definido pela Administração	Média	Médio	Médio	Aprovação prévia do projeto visual e layout	Refazimento dos serviços em desacordo	Secretaria Demandante / Fiscal
Desmontagem fora do prazo	Descumprimento contratual após encerramento do evento	Média	Médio	Médio	Definir prazo contratual expresse para retirada	Aplicação de multa e execução subsidiária, se necessário	Fiscal do Contrato
Ausência de empresa interessada na licitação	Pesquisa de mercado insuficiente ou orçamento defasado	Baixa	Alto	Médio	Pesquisa prévia de preços e ampla divulgação do certame	Revisão do termo de referência e republicação do edital	Setor de Licitações

Laje-Bahia, 15 de abril de 2026.

Equipe de Planejamento da Contratação:

Presidente da equipe de planejamento
JOEMILLE SANTOS LEAL
Matrícula nº 110321297

Membro 2
SUELY CONCEICAO RAMOS SANTOS
Matrícula Nº 350

Membro 3
GEISA DOS SANTOS SOUZA –
Matrícula nº 110321293
Membro 3



FORÇA DO PROGRESSO

**PREFEITURA
DE LAJE**SECRETARIA
MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO E
CULTURATERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **XX/XXXX****PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJE**(Processo Administrativo nº **XXXXX.XXXXXX/XXXX-XX**)CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **xx/xxxx**, QUE FAZEM
ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJE, POR
INTERMÉDIO DO (A) E
.....

Prefeitura Municipal de Laje, inscrita no CNPJ: 13.825.492-0001-04, por intermédio Secretaria Municipal de Educação com sede na Praça Jose de Almeida, CEP 45.490.000, na cidade de Laje, Estado CEP 44.440-900, neste ato representado (a) pelo (a), nomeado (a) pelo Decreto Municipal nº , de , publicada no de , doravante ***** ** 20** DOM 20** denominado CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº sediado [CONTRATADO], [CNPJ], (a) na , na cidade de / , doravante designado CONTRATADO, neste ato representado [endereço] [cidade][UF] (a) por , conforme [nome e função no CONTRATADO] [atos constitutivos da empresa] [procuração OU tendo em vista o que consta no Processo administrativo e em apresentada nos autos nº 272/2026 observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) nº , mediante as Pregão Eletrônico XX/XXXX cláusulas e condições a seguir enunciadas

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

2.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de **[objeto]**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

2.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	DESCRIPTIVO TÉCNICO	UND/ MEDIDA	QUANT	CATMA T	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	FOTO ILUSTRATIVA
1	SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA	Contratação de empresa especializada para serviços de ornamentação junina, incluindo confecção, montagem, instalação e desmontagem da decoração dos espaços públicos, palco e camarim durante os festejos de São João e São Pedro.	UND	1	17485	R\$ 462.167,80	R\$ 462.167,80	Conforme modelos sugeridos neste Termo de Referência e anexos

2.3. Na tabela abaixo, constam os valores unitários e especificações individualizadas do objeto, cuja expectativa de apresentação e execução física são constantes no projeto (anexo I desse termo de referência):

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND DE MEDIDA	QUANT	CATSER	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Confecção, montagem e instalação de barracas em madeirite (praça de alimentação) destinadas à comercialização de alimentos, bebidas e produtos típicos durante o evento, de	UND	1	17485	R\$ 93.326,67	R\$ 93.326,67



	<p>forma a proporcionar melhor organização, funcionalidade e ambientação estética do espaço festivo. As barracas deverão conter fachadas estilizadas e pintura artística em cores variadas, contendo:</p> <ul style="list-style-type: none">• aberturas frontais para atendimento ao público;• portas de acesso;• balcões de apoio;• identificação visual temática (nomes de barracas);• estrutura adequada para comercialização de alimentos, bebidas e produtos típicos. <p>Deverá contemplar também a ornamentação aérea com bandeirolas coloridas, confeccionadas em material resistente, instaladas em fileiras, bem como iluminação decorativa suspensa, garantindo ambientação típica das festividades juninas, com fixação segura e acabamento visual harmonioso.</p> <p>Toda a estrutura deverá ser segura, estável e adequada para instalação em espaços públicos, incluindo montagem, manutenção durante o evento e posterior desmontagem.</p>					
2	<p>Confecção, montagem e instalação de Portal decorativo para a entrada do local da festa junina.</p> <p>Confecção, montagem e instalação de portal decorativo para a entrada do local da Festa Junina, utilizando estrutura em alumínio Q30, nas dimensões de 8,00m x 8,00m, a ser fornecida pela Prefeitura. A ornamentação deverá ser composta por lona sublimada, tecidos decorativos, apliques em PVC, peças em maderite adesivado e elementos tridimensionais, devendo conter elementos típicos juninos, tais como chapéus, balões, bandeirolas, fogueira cenográfica e demais adornos decorativos característicos da festividade, conforme layout a ser disponibilizado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.</p>	UND	3	17485	R\$ 42.333,33	R\$ 126.999,99
3	<p>Confecção, montagem e instalação de Casais ornamentais de caipiras para fotos, confeccionados em maderite pintado, com 1,60m de altura e 1,50m de</p>	UND	3	17485	R\$ 2.016,67	R\$ 6.050,01



	largura, contendo recortes na área do rosto para interação fotográfica.					
4	Confecção, montagem e instalação de Balões ornamentais decorativos em tamanhos diversos , confeccionados em madeira e revestidos com tecido tipo chita floral, devidamente decorados com acabamento artístico de qualidade, nas dimensões aproximadas de 40cm de altura x 30cm de largura, 50cm de altura x 40cm de largura, 80cm de altura x 70cm de largura, e modelo de chão medindo 3,00m de altura x 1,70m de largura, destinados à ornamentação temática junina do evento.	UND	70	17485	R\$236,65	R\$ 16.565,50
5	Prestação de serviços de confecção, fornecimento e instalação de bandeirolas decorativas confeccionadas em plástico, com dimensões aproximadas de 30 cm x 35 cm e espessura de 8 mm, em cores variadas, tais como verde, vermelho, amarelo, azul, branco, laranja e rosa, destinadas à ornamentação das ruas principais da cidade, ruas e praças centrais, bem como do Distrito do Entroncamento de Laje, local onde ocorrerão os festejos de São Pedro, com o objetivo de ambientar e embelezar os espaços públicos durante as festividades de São João e São Pedro. As bandeirolas deverão ser devidamente grampeadas e fixadas em fitilhos de polipropileno, com espaçamento regular aproximado de 20 cm entre elas, ao longo de percurso estimado em 1 km de vias públicas com largura média de 9 metros, observando a alternância de cores a cada 15 unidades. Os fitilhos deverão ser instalados e estendidos sobre cabos de aço, os quais deverão ser integralmente fornecidos e instalados pela empresa contratada, com fixação em postes de ferro galvanizado a aproximadamente 7 metros de altura, incluindo a instalação de poste central com 15 metros de altura na praça principal, formando efeito visual tipo "sombriinha". Todos os materiais, equipamentos, mão de obra, transporte, instalação dos postes, instalação dos cabos de aço e demais insumos necessários à perfeita execução do serviço serão de inteira responsabilidade da empresa vencedora.	MT	25.000	17485	R\$ 2,42	R\$ 60.500,00



FORÇA DO PROGRESSO

**PREFEITURA
DE LAJE**SECRETARIA
MUNICIPAL DE
**EDUCAÇÃO E
CULTURA**TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **XX/XXXX**

6	Prestação de serviços de decoração, montagem e ambientação de palco e camarim para as festividades juninas de São João e São Pedro , incluindo a instalação de malhas tensionadas para cobertura e revestimento do palco, devidamente aplicadas e esticadas, confeccionadas em material antichamas (material com tratamento antichama - NR-23 / AVCB , laudo ou certificação, instalação profissional e fixação segura). O serviço deverá contemplar elementos cenográficos e demais itens característicos da festividade. Deverá incluir, ainda, a montagem e decoração do camarim e lounge de apoio, com fornecimento e disposição de sofás, poltronas, cadeiras, mesa para acomodação de salgados e demais itens de apoio, espelhos e elementos decorativos, proporcionando ambientação adequada, conforto e identidade visual temática ao espaço. Todos os materiais, mobiliários, mão de obra, transporte, montagem, instalação e desmontagem serão de responsabilidade da empresa contratada.	UND	2	17485	R\$ 35.366,67	R\$ 70.733,34
7	Confecção, montagem e instalação de cidade cenográfica em material tipo madeirite , composta por fachadas cenográficas em formatos de casas e edificações típicas juninas, com pintura artística em cores variadas (amarelo, azul, rosa, vermelho, branco, entre outras), medindo aproximadamente 2,50m de altura, 2,20m de largura e 1,70m de profundidade, com acabamento decorativo de alta qualidade. As estruturas deverão apresentar detalhes arquitetônicos simulando construções reais, incluindo portas, janelas, molduras, platibandas, elementos religiosos (como igrejas com cruz), telhados cenográficos aparentes e sobreposições decorativas, proporcionando aspecto tridimensional e imersivo ao ambiente.	UND	1	17485	R\$44.600,00	R\$44.600,00
8	Confecção, montagem e instalação de fogueira cenográfica de grande porte , com estrutura em madeira e/ou material similar, medindo aproximadamente entre 4,00m a 6,00m de altura, em formato	UND	1	17485	R\$15.671,00	R\$15.671,00



	<p>piramidal, simulando uma fogueira junina tradicional.</p> <p>A estrutura deverá ser composta por elementos cenográficos que imitam lenha empilhada, com acabamento rústico e pintura artística, contendo revestimento interno em material translúcido ou lona difusora, iluminado com sistema de iluminação cênica em tons quentes (amarelo, laranja e vermelho), proporcionando efeito visual semelhante ao fogo aceso.</p> <p>Deverá incluir:</p> <ul style="list-style-type: none">• iluminação interna e/ou externa com efeitos cintilantes ou estáticos;• acabamento superior simulando chamas;• base estruturada e estável, adequada para instalação em espaço público;• materiais resistentes e seguros, próprios para uso em eventos;• montagem, manutenção durante o período festivo e desmontagem. <p>O item deverá estar integrado à ornamentação aérea com bandeirolas coloridas e demais elementos decorativos juninos, compondo cenário temático de grande impacto visual, conforme padrão das festividades de São João.</p>					
9	<p>Prestação de serviços de confecção, montagem e instalação de decoração junina dos pontos estratégicos e de maior circulação da cidade, compreendendo a ornamentação do Espaço Cultural Belvedere, pergolados, coreto da Praça Raimundo José de Almeida, estrutura do telhado do Mercado Municipal, localizado na Rua da Estação, e demais pontos importantes definidos pela Administração. A decoração deverá ser composta por tecidos tipo chitão e chita, juta, esteiras, bandeirolas em cores diversas, medindo aproximadamente 30cm x 35cm x 8mm, balões decorativos, peças artesanais em tamanhos variados (20cm, 30cm e 40cm), além de outros elementos decorativos típicos juninos,</p>	UND	1	17485	R\$ 27.721,29	R\$ 27.721,29



	devidamente instalados e distribuídos de forma harmoniosa, visando à ambientação temática dos espaços públicos durante o período festivo.					
VALOR TOTAL ESTIMADO:						R\$ 462.167,80

2.4. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 2.4.1. O Termo de Referência;
- 2.4.2. O Edital da Licitação;
- 2.4.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 2.4.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência da contratação é de **[indicar o prazo]** contados do(a) **[indicar o termo inicial da vigência]**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4.2. A Matriz de Riscos, que visa a alocação objetiva e equitativa dos riscos previsíveis inerentes à execução do objeto é a seguinte:

3.1.1. Constituem riscos a serem suportados pelo CONTRATANTE (Administração):

3.1.1.1. Alteração da legislação tributária ou encargos sociais que comprovadamente impactem a formação do preço, não previstos no momento da apresentação da proposta, cabendo o pleito de reequilíbrio econômico-financeiro.

3.1.1.2. Impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato por interesse público ou fato imputável à Administração, hipótese em que o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente.

3.1.1.3. Danos, perdas ou prejuízos causados ao objeto da contratação (elementos decorativos e estruturas) após o recebimento provisório (entrega), decorrentes de atos de vandalismo ou ações de terceiros, desde que não comprovada a negligência ou falha na segurança imputável ao Contratado.

3.1.2. Constituem riscos a serem suportados pelo CONTRATADO (Vencedor da Licitação):

3.1.2.1. Ocorrência de vícios, defeitos ou incorreções nos materiais empregados ou na execução dos serviços (montagem, manutenção e desmontagem), cabendo a correção, remoção ou substituição às suas expensas.

3.1.2.2. Prejuízos decorrentes de erros ou omissões no dimensionamento da sua proposta (custos com mão de obra, logística, aquisição/locação de equipamentos) ou de atraso na execução do cronograma sem motivo justificado.

3.1.2.3. Danos causados a terceiros, ao meio ambiente ou ao patrimônio público (ex: fiação, postes, pavimento) decorrentes da execução do objeto, ou aqueles decorrentes da inobservância das normas de segurança do trabalho.



partes, na proporção de 50% (cinquenta por cento) para o CONTRATANTE e 50% (cinquenta por cento) para o CONTRATADO:

3.1.3.1. Ocorrência de caso fortuito ou força maior (ex: desastres naturais de grande magnitude) que causem danos ao objeto ou impeçam sua execução, demandando a reanálise do equilíbrio econômico-financeiro.

3.1.3.2. Necessidade de alteração do projeto ou das especificações devido a fato superveniente e imprevisível que afete o local da instalação, desde que não seja imputável a nenhuma das partes.

3.1.3.3. Não obtenção, dentro do prazo adequado, de licenças ou permissões que dependam exclusivamente da atuação conjunta ou de informações de órgãos externos ou terceiros, quando tal risco não tenha sido expressamente alocado a uma única parte.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

5.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

6.1. O valor total da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxxx)**

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

7.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

8.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. São obrigações do CONTRATANTE:

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

9.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;



9.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

9.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

9.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

9.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

9.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

9.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

9.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

9.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

9.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

9.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

9.1.10.1. A Administração terá o prazo de 15, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 15;

9.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

9.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

10.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou



CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- 10.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 10.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 10.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
- 10.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 10.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

10.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

10.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

10.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

10.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

10.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

10.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

10.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

10.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;



10.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

10.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

10.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

10.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

10.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

10.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

10.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

10.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

10.25. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;

10.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

10.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

10.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

10.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

10.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

10.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

10.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;



acatar as normas internas da Administração;

10.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. *As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.*

11.2. *Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.*

11.3. *É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.*

11.4. *A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.*

11.5. *Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.*

11.6. *É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.*

11.7. *O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.*

11.8. *O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.*

11.9. *O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.*

11.10. *Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.*

11.10.1. *Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.*

11.11. *O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.*

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

**SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

14.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

14.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

14.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

14.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.8.3. Das indenizações e multas.

14.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

14.10. O CONTRATANTE poderá ainda:

14.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

14.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

14.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

16.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

19.1. Fica eleito o Foro da cidade de Laje para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

*Laje, *** de **** de 2026.*



FORÇA DO PROGRESSO

**PREFEITURA
DE LAJE**

SECRETARIA
MUNICIPAL DE
**EDUCAÇÃO E
CULTURA**

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **XX/XXXX**
Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



FORÇA DO PROGRESSO

**PREFEITURA
DE LAJE**SECRETARIA
MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO E
CULTURA**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJE**
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(Processo Administrativo nº 272/2026)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº */2026**Planilha de Preços e Quantitativos
[para envio pelos melhores classificados]

LICITANTE:		
END. COMERCIAL:		UF:
CEP:	FONE/FAX:	CONTATO:
INSC. ESTADUAL:	CNPJ:	
VALIDADE DA PROPOSTA:	REPRESENTANTE LEGAL:	
DADOS BANCÁRIOS:		
OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de ornamentação junina, compreendendo a confecção, fornecimento, montagem, instalação e desmontagem de bandeirolas, adereços temáticos, elementos cenográficos e demais itens decorativos típicos, destinados à ambientação e ao embelezamento dos espaços públicos da cidade durante as festividades de São João e São Pedro, abrangendo ruas, praças, prédios públicos e pontos estratégicos definidos pela Administração, bem como a decoração de palco e camarim, com ambientação temática adequada à realização dos shows e recepção das atrações artísticas no município de Laje/BA		

Planilha de Quantitativos e Proposta de Preços

Item	Discriminação	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Foto Ilustrativa
	[O Licitante deve preencher a Proposta conforme discriminação, unidade e quantidade para o item que ofertar preço, de acordo com o Termo de Referência – Anexo I]					
Valor Total da Proposta						

Declaramos, que no preço ofertado estão inclusas todas as despesas necessárias para o fornecimento do objeto desta licitação, sendo de nossa exclusiva responsabilidade as despesas como transporte, alimentação, proventos, encargos sociais, impostos, taxas, tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, seguros e demais despesas inerentes, estando o preço ofertado correspondendo, rigorosamente, com às especificações do objeto licitado, estamos ciente de que não cabe quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

Por esta proposta, ainda, declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente aos da Lei 14.133/21, e às cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico nº ***/2026.



FORÇA DO PROGRESSO

**PREFEITURA
DE LAJE**

SECRETARIA
MUNICIPAL DE
**EDUCAÇÃO E
CULTURA**

RESPONSÁVEL LEGAL DA LICITANTE

_____, ____/____/____

LOCAL DATA ASSINATURA E CARIMBO COM CNPJ E CPF DO REPRESENTANTE

Observações:

- 1) A proposta deverá indicar aos dados bancários em que serão creditados os pagamentos durante a execução do contrato.
- 2) Esse modelo deverá ser emitido em papel timbrado do licitante.
- 3) Anexar Planilha contendo os Custos Unitários Sintéticos, sem prejuízo da solicitação de composição de custos unitários para verificação da formação do preço proposto.